



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa de Pós-graduação em Educação
Dissertação de Mestrado

**EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Anilza de Fátima Medeiros Leite
Orientadora: Prof. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho

João Pessoa - Paraíba
Fevereiro 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa de Pós-graduação em Educação
Dissertação de Mestrado

**EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Anilza de Fátima Medeiros Leite

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de Mestre
em Educação.**

Orientadora: Prof. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa de Pós-graduação em Educação
Dissertação de Mestrado

Membros da Comissão Julgadora da defesa de Dissertação de Mestrado de Anilza de Fátima Medeiros Leite, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Paraíba, em 28 de Fevereiro de 2011.

Comissão julgadora:

Presidente: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (UFPB)
<http://lattes.cnpq.br/2036729143677618>

Membro: Profa. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes (UFPB)
<http://lattes.cnpq.br/8104627122146105>

Membro: Prof. Dra. Márcia da Silva Costa (UFPB)
<http://lattes.cnpq.br/4066341343633963>

Coordenador do PPGE

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (UFPB)
<http://lattes.cnpq.br/2036729143677618>

AGRADECIMENTOS

A dissertação é fruto de uma construção coletiva, apesar de sua elaboração, a entrega e a tensão sejam de responsabilidade individual. Inúmeras pessoas contribuíram para o alcance do meu sonho de realizar o Mestrado e desenvolver uma Dissertação, possibilitando que esse estudo ocorresse. A todas registro o meu agradecimento.

À minha orientadora. Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho, pessoa com a qual descobri afinidades e aprendi ao longo desse caminho a admirar, pela sua experiência de vida e profissional, indicou um norte a este trabalho, facilitando o alcance dos objetivos. Mesmo sem me conhecer anteriormente, me dispensou atenção e estimulou a desafios, superação e acima de tudo busca de autonomia. A sua disponibilidade e forma crítica de questionar as idéias apresentadas, exigiram de mim um compromisso permanente com a qualidade da produção científica,

À minha querida amiga profa. Dra. Adriana Diniz, que me deu orientações, apoio e estímulo para persistir mesmo quando nem eu acreditava ser mais possível, presto minha profunda gratidão e admiração.

Às professoras Doutoras Emília Maria da Trindade Prestes e Márcia da Silva Costa e ao prof.. Dr. Charliton José dos Santos Machado, meus agradecimentos pelas suas participações na banca de defesa de Mestrado, e contribuições para melhorar a qualidade desta dissertação.

Às professoras e professores do PPGE que, despertando meu interesse pelos temas mais relevantes do currículo, pelas questões, discussões, me acompanharam desde a elaboração do projeto de pesquisa até a preparação para a defesa desta Dissertação, presto sincero reconhecimento, especialmente às professoras Doutoras Emília Maria da Trindade Prestes e Windyz Ferreira Brandão pelas sugestões e indicações de caminhos.

Ao meu amigo Antônio Fernando Leal, por me despertar para este estudo e ser uma fonte inesgotável de amizade e inspiração.

Ao Sebrae, nas pessoas dos colegas e amigos Antônio Fernando Leal, Elinaldo Macedo, Tiago Lins, José Edmilson de Souza, da colega Maria José Menezes, que forneceu os dados e gráficos do Prêmio Mulher de Negócios, e dos diretores Júlio Rafael Jardelino da Costa, Luiz Alberto Amorim e Pedro Aurélio Mendes Brito, em cuja gestão a minha liberação para os estudos foi autorizada.

À Gorete Figueiredo, pessoa importantíssima que desde o início desse percurso me ajudou decisivamente para o alcance dos resultados, principalmente me apoiando na aproximação com a minha Orientadora.

À minha mãe por todos esses anos de amor incondicional e dedicação e principalmente pelo exemplo de mulher forte e para a qual não existem barreiras que não possam ser superadas, sem ela nada disso seria possível, meus eternos agradecimentos.

Ao meu pai, que é o meu exemplo de compaixão e ética.

Às minhas tias Arione e Célia. Cada uma a sua maneira foi fundamental na construção da pessoa que me tornei até o momento.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Por fim, e mais importante, agradeço a Deus, pelas maravilhas que tem feito em minha vida.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho
A minha mãe Nilza:
pela educação que alicerçou a minha história
com seu amor incondicional.
À minha tia Arione,
fonte de energia, alegria e amizade que
me abasteceram
na realização deste trabalho.

“O real da vida não se dá, nem no princípio e nem no final.
Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”
(Guimarães Rosa)

“Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fez tua rosa tão importante.”
(Antoine de Saint-Exupéry)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Empreendedoras por faixa etária entre 2006 a 2010.....	63
Figura 2:	Nível de escolaridade das empreendedoras.....	64
Figura 3:	Número de empregados das empresas entre 2006 e 2010.....	65
Figura 4:	Empresas por ano de criação entre 2006 e 2010.....	66
Figura 5:	Distribuição das atividades das empreendedoras por setor econômico.....	68
Figura 6:	Empresas por setor de atividade entre 2006 e 2010.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Características do Comportamento Empreendedor.....	48
Quadro 2:	Atividade empreendedora total (TEA) de empreendedores iniciais segundo situação laboral, Brasil 2007.....	52
Quadro 3:	Evolução da atividade empreendedora feminina no Brasil, 2001 a 2009.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa em Administração
ANPED – Associação Nacional de Pesquisa em Educação
CCE – Características do Comportamento Empreendedor
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GEM – Global Entrepreneurship Monitor
FNQ – Fundação Nacional da Qualidade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
INATEL – Instituto Nacional de Telecomunicações
ISI – Institute for Scientific Information
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPE – Micro e Pequenas Empresas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM – Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE – Programa de Pós Graduação em Educação
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TEA – Total Entrepreneurial Activity
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Este estudo situa o trabalho feminino no contexto do empreendedorismo, ressaltando sua articulação com as relações de gênero e a educação. Entende-se o empreendedorismo como categoria de trabalho crescente, surgida como alternativa de inclusão social e geração de emprego e renda e, conseqüentemente, como atenuante das desigualdades sociais, aprofundadas pelas transformações no mundo do trabalho fruto do processo de globalização e reestruturação produtiva das empresas. Estudos apontam um crescimento da participação das mulheres na atividade empreendedora nos últimos anos, porém perpassada pelas relações de gênero que influenciam na forma como homens e mulheres acessam o empreendedorismo. Para evidenciar esse crescimento e suas marcas de gênero, analisa-se o perfil das 163 empreendedoras participantes do Prêmio Mulher de Negócios edições 2006 a 2010 na Paraíba. Apresenta-se a educação, sobretudo a superior, como estratégica para a superação do processo de socialização tradicional e da sexualização ou gendramento das atividades, por meio da intervenção na construção de uma identidade empreendedora livre de modelos gendrados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Trabalho, Gênero, Empreendedorismo, Mulher Empreendedora

ABSTRACT

This study situates women's work in the context of entrepreneurship, emphasizing its connection with gender relations and education. Entrepreneurship is understood as a growing occupation category that emerged as an alternative for social inclusion, and work and income generation, therefore, contributing to diminish social inequality, which has been growing as work relations have changed within globalization and economic restructuring. There are studies showing an increase in the participation of women in entrepreneurial activities in recent years, however gender relations influence the way men and women initiate entrepreneurial activities. In order to illustrate such increase and its gender configurations, an analysis is presented of the profile of 163 women who participated in the Business Women Prize, from 2006 through 2010, in the state of Paraíba, in northeastern Brazil. Education, especially higher education, is considered as an important asset to overcome the traditional process of socialization and the gendering of work activities, thus allowing for the construction of an entrepreneurial identity unconstrained by gender asymmetric models.

KEYWORDS: Education, Work, Gender, Entrepreneurship, Entrepreneurial Women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	O problema de pesquisa.....	20
1.2	Questões e objetivos de pesquisa.....	21
1.3	Referencial teórico-metodológico.....	22
1.4	Estrutura da dissertação.....	26
2	O EMPREENDEDORISMO FEMININO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA.....	28
3	BREVE REVISÃO DE LITERATURA SOBRE TRABALHO, EMPREENDEDORISMO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NESSES CAMPOS.....	36
3.2	As atuais configurações do trabalho feminino.....	40
3.3	Empreendedorismo como categoria de trabalho: origem e evolução do termo.....	44
3.4	Empreendedorismo no Brasil.....	49
4	EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EMPREENDEDORA	54
5	EMPREENDEDORISMO FEMININO: CARACTERÍSTICAS, POSSIBILIDADES E O LUGAR DA EDUCAÇÃO	58
5.1	Atuais configurações da participação da mulher na ação empreendedora.....	58
5.2	Perfil das empreendedoras participantes do Prêmio Mulher de Negócios edições 2006 a 2010 na Paraíba.....	62
5.3	Os setores de trabalho das empreendedoras na Paraíba	66
5.4	Motivações, condições e desafios das empreendedoras paraibanas.....	69
5.5	O lugar da educação e das aprendizagens no empreendedorismo feminino	73
5	CONCLUSÃO.....	77
6	REFERÊNCIAS.....	80

EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

1 – INTRODUÇÃO

A ampliação da globalização econômica e o acirramento da disputa por mercados durante a segunda metade do século XX geraram grande competição entre as grandes empresas, que passaram a adotar estratégias de modernização e programas de reestruturação produtiva, por meio da descentralização e horizontalização das relações de produção, da introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização e de gestão com vista a elevar a produtividade.

Tais transformações são acompanhadas normalmente por uma redução do emprego (COUTINHO, 2000) e por uma reconfiguração no mundo do trabalho. Assim, junto com a redução no número de trabalhadores com contratos permanentes, dá-se um impulso em nível global ao crescimento do trabalho precário, terceirizado, informal, temporário ou em tempo parcial. Conforme aponta Hirata (2001), configura-se uma realidade mundial em que o desenvolvimento econômico está desvinculado da expansão dos empregos.

Esclarecem Araújo, Amorim e Ferreira (2004) que a reconfiguração no mundo do trabalho é perpassada e marcada pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e de geração. As relações de gênero têm caráter estruturante, à medida que definem as relações sociais, atribuindo lugares e papéis diferenciados para homens e mulheres em todas as sociedades.

No Brasil, essa reconfiguração iniciada nos anos de 1980, afetou de maneira diferente homens e mulheres. Segundo Bruschini (2007), houve retração no trabalho masculino e um aumento da participação da mulher no mundo do trabalho. Os indicadores de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) fundamentam essa afirmação, revelando que, no período 1993-2005, ocorreu um crescimento na População Economicamente Ativa (PEA) feminina, que passou de 28 para 41,7 milhões.

Outrossim, o relatório “Tendências mundiais do emprego das mulheres”, publicado em 2008 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008), por ocasião do Dia Internacional da Mulher, destaca que o número de mulheres que participam dos mercados de trabalho no mundo é o mais alto na história.

Contudo, a participação comparada de homens e mulheres no mundo do trabalho não é fácil de ser caracterizada. Murani (2003, p. 21) destaca que o crescimento da participação da mulher no mundo do trabalho é real, porém sinuosa e construída sob o signo da desigualdade e da precariedade. Esse pensamento é corroborado por Delors (1996, p.78) ao afirmar veementemente que “as desigualdades estão, de fato, na origem de inferioridades permanentes que pesam sobre as mulheres ao longo de toda a sua vida.” Dados da Fundação Carlos Chagas (2002) apresentam um percentual de 34% das mulheres contra 9% dos homens que ocupavam posições mais vulneráveis no mercado, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas ou ainda como trabalhadoras para o consumo próprio ou do grupo familiar.

Assim, nesse contexto em que a estabilidade laboral e o emprego para toda a vida tornam-se conceitos cada vez mais distantes do cotidiano dos indivíduos (LEITE, 2000), emerge uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras instáveis e precários em busca de formas alternativas de geração do emprego e renda familiar.

Começa a despontar, portanto, nas últimas décadas, conforme esclarece Barreto (1998 *apud* SOUZA, 2006 p. 14), uma economia baseada em pequenas e médias empresas, face à sua condição de inovar e criar novos empregos. No Brasil, constitui-se como ponto chave para acelerar o desenvolvimento (CASSOL, 2006, p. 29). Os dados a seguir permitem quantificar esta realidade.

O Boletim Estatístico das Micro e Pequenas Empresas, publicado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2005), aponta que, no conjunto, as micro e pequenas empresas brasileiras, em 2002, representavam 99,2% do número total de empresas formais; geravam 57,2% do total de empregos e respondiam por 26% da massa salarial. Outrossim, entre as microempresas houve um crescimento de 55,8% entre os anos de 1996 e 2002, perfazendo um total de 4.605.607. O mesmo ocorreu com o

número de pessoas ocupadas nessas empresas que, no mesmo período, passou de 6.878.964 para 9.967.201.

Apesar desse crescimento, o referido Boletim revela resultados sobre as taxas de mortalidade de empresas no Brasil, a partir de dados de empresas registradas nas Juntas Comerciais Estaduais nos anos de 2000, 2001 e 2002: 49,9% das empresas encerraram as atividades com até 2 anos de existência; 56,4% com até 3 anos; e 59,9% com até 4 anos (SEBRAE, 2005, p. 76).

O crescimento vertiginoso do número de micro e pequenas empresas tem aumentado a importância do empreendedorismo para as economias dos países por apresentar-se como uma das estratégias de inclusão sócio-econômica, adotada especialmente por países de industrialização tardia, a exemplo do Brasil, por meio da geração de emprego e renda com vistas a atenuar os efeitos da fome e da pobreza, problemática priorizada como central pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2000) entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O empreendedorismo é caracterizado por Malvezzi (1999) como o modelo de emprego que surge e passa a significar uma alternativa frente à eliminação dos empregos formais. Ao empreender, os indivíduos migram da carreira formal para a carreira *sem fronteiras*, com mobilidade irregular e imprevisível, seja no nível de desafios, seja no da remuneração, carreira na qual os sinais de progresso são ambíguos e equívocos.

Outros dados encontram-se no Relatório GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), pesquisa de monitoramento global do Empreendedorismo, em suas últimas três edições (2007, 2008 e 2009), que confirmam a vocação empreendedora dos brasileiros. O GEM (2009) apresenta uma taxa de atividade empreendedora (TEA¹) de 15,3%, ou seja, quinze em cada cem brasileiros adultos (18 a 64 anos), estavam envolvidos com alguma atividade empreendedora, taxa essa que coloca o país em décimo quarto lugar no ranking dos 54 países participantes dessa pesquisa.

Um fator importante para compreender a evolução do empreendedorismo é a motivação para a ação empreendedora, caracterizada pelo GEM (2008, p.

¹ TEA (Total Entrepreneurial Activity), taxa que mede a atividade **empreendedora** “total” dos países participantes da pesquisa GEM e representa a dinâmica da criação de novos negócios pela população de um país.

34) como *por oportunidade* ou *por necessidade*. No primeiro caso, os indivíduos empreendem por meio de novas tecnologias de ponta, que busquem nos mercados internacionais as condições necessárias ao crescimento sustentável e à efetiva geração de riqueza. No negócio típico dessa motivação, a decisão de empreender deriva de uma escolha feita entre mais de uma alternativa. Por outro lado, podem empreender motivados pela *necessidade*, ou seja, em busca de alternativas satisfatórias de trabalho e renda, como saída para a adversidade da pobreza e da exclusão. Entre os que empreendem *por necessidade* estão os sujeitos que não têm opções para ganhar a vida e não há avaliação comparativa a ser feita.

Nesse aspecto, em função da desigualdade sócio-econômica brasileira, a principal motivação para empreender é *por necessidade*; em 2009, esta modalidade alcançou 61% da população total empreendedora, contra 39% dos empreendedores *por oportunidade* (GEM, 2009, p. 46). Destaca ainda a pesquisa que cerca de 70% dos empreendedores por necessidade dependem da atividade empreendedora para sobreviverem; já entre os que empreendem por oportunidade esse percentual diminui para 52%.

Segundo o GEM (2009, p. 54) as informações apresentadas espelham alguns traços que marcam o empreendedorismo no país, ou seja, prevalecem empreendimentos até certo ponto rudimentares e com foco no consumidor final. Esse perfil de negócio possui forte propensão à informalidade, baixa necessidade de recursos financeiros para a abertura do negócio e poucas exigências em termos de complexidade organizacional, perfil que explica os elevados índices de mortalidade desses negócios, explicitados anteriormente.

Quanto aos aspectos de gênero, similarmente ao que acontece no mundo do trabalho formal, ocorreu um crescimento da participação da mulher no empreendedorismo no Brasil nos últimos anos. Os resultados do GEM (2009) revelam que elas totalizavam 53% dos empreendedores adultos (18 a 64 anos). Configura-se uma inversão de uma tendência histórica quando considerado o período 2001-2009, no qual elas somavam em média 45,4% contra 54,6% dos homens.

Este crescimento coloca o tema da mulher empreendedora como prioritário para a Secretária Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) cujo propósito é o “fomento à autonomia econômica e igualdade no

mundo do trabalho, com inclusão social” (SPM, 2008, p. 36), pautado na observância de alguns marcos nacionais e internacionais, tais como as Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as recomendações das ações diretivas das Convenções de Belém do Pará, Cedaw, das Conferências de Cairo, Beijing, Durban e expressos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A problemática do empreendedorismo feminino, portanto, é nova, interessante e desafiante.

O meu primeiro contato com a temática do empreendedorismo ocorreu em 1993 quando do ingresso como colaboradora do quadro efetivo do SEBRAE na Paraíba, organização de abrangência nacional, cuja missão é “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas” (SEBRAE, 2008). Isso me possibilitou diversas oportunidades de participar de estudos, debates e projetos voltados para o campo do empreendedorismo. Ademais, o acesso a pesquisas referentes à iniciação e encerramento de negócios – destacando-se o crescimento no número de novos negócios criados *versus* as altas taxas de mortalidade nos primeiros anos de existência; o perfil sócio-econômico do empreendedorismo na Paraíba e no país; a demanda por informações sobre a abertura de negócio como alternativa ao desemprego, entre outras demandas – propiciou subsídios que fortaleceram meu interesse em aprofundar estudos sobre a temática do empreendedorismo.

Contudo, dois “pontos altos” marcaram o contato com o objeto de estudo desta dissertação. O primeiro deles foi a atuação nos últimos quatro anos no papel de professora da disciplina de Empreendedorismo no curso de Administração de Empresas do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, utilizando como metodologia de aprendizagem a realização de entrevistas por alunos(as) a empreendedores(as) buscando conhecer a prática desses sujeitos. Essa experiência suscitou algumas inquietações, tais como: Há diferenças significativas na forma como homens e mulheres empreendem? Consegue a área de conhecimento da administração responder isoladamente a essa pergunta? Qual a influência da educação e das aprendizagens na construção dos perfis diversos de empreendedores e empreendedoras?

O segundo foi à oportunidade de contato com a ação empreendedora feminina, desde 2006, como membro da comissão avaliadora do Prêmio Mulher de Negócios, cujo objetivo é valorizar e estimular o empreendedorismo feminino, por meio da divulgação das histórias das empreendedoras. Trata-se de um certame criado em 2004 pelo SEBRAE (*Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas*), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, a BPW- Brasil (Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil), com o apoio da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ. Essa experiência indicou a importância do aporte de gênero na definição do objeto de estudo.

Num primeiro momento tive acesso aos registros de 2006, 2007 e 2008 do referido prêmio, que apresenta o perfil sócio-econômico e os relatos de experiências das participantes sobre os processos de criação, desenvolvimento e geração de valor nos negócios. Com relação à temática de gênero, ressalto que, dentre as perguntas direcionadas às participantes, relacionadas à etapa de criação da empresa, é indagado a elas se enfrentaram dificuldades específicas por serem mulheres e como as superaram.

Outros três documentos influíram na definição do problema de pesquisa, um publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), denominado *Educação, um tesouro a descobrir* (Delors, 1996); o segundo, publicado em parceria entre o IBQP (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade), a London Business School e o Babson College, que é o GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*, edições 2007, 2008 e 2009; e o terceiro, de âmbito nacional, publicado pela Secretária Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), o II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM), edição 2008.

No documento *Educação, um tesouro a descobrir*, relatório da Comissão Internacional Educação para o século XXI, elaborado para a UNESCO, compreende-se a educação como um pilar edificante capaz de fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando-se o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (DELORS, 1996, p. 82). Aparece aí a temática do empreendedorismo relacionada ao alcance desse desenvolvimento:

O princípio geral que deve presidir a esta perspectiva de um desenvolvimento baseado na participação responsável de todos os membros da sociedade é o do incitamento à iniciativa, ao trabalho em equipe, às sinergias, mas também ao auto-emprego e ao espírito empreendedor: é preciso ativar os recursos de cada país, mobilizar os saberes e os agentes locais, com vista à criação de novas atividades que afastem os malefícios do desemprego tecnológico. (DELORS, 1996, p. 83)

A pesquisa GEM mede a evolução do empreendedorismo no Brasil, comparado a outros países, permitindo a identificação dos fatores críticos que contribuem ou inibem a iniciativa empreendedora de uma população, a exemplo da edição 2008, na qual é destacada a educação como um dos principais fatores que impulsionam o empreendedorismo, seja por contribuir para a compreensão do fenômeno, seja como norteadora de políticas públicas de fomento à ação empreendedora. Entre outros aspectos, a pesquisa apresenta informações sobre a taxa de empreendedorismo no Brasil e no mundo; as características dos novos empreendimentos, como setor de atividade, estágio (nascente, novo ou estabelecido) e descontinuidade (fechamento) do negócio; o perfil demográfico relativo ao indivíduo empreendedor, como sexo/gênero, idade, escolaridade; além da motivação para empreender.

No documento do II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM), edição 2008, o tema da mulher empreendedora configura-se como um dos eixos estratégicos para o alcance do objetivo de “promover igualdades de oportunidades no trabalho” (SPM, 2008, p. 36), por meio do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que visa estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios.

O estudo desses dois últimos documentos representou um primeiro passo para a compreensão do empreendedorismo no país, mas, sobretudo, despertou o interesse em desvelar a prática empreendedora feminina e identificar as persistências e superações das desigualdades de gênero, também enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho formal.

1.1 – O PROBLEMA DE PESQUISA

O crescimento da participação feminina no mundo do trabalho formal, citado anteriormente, se dá pela ocupação em nichos precários, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas ou ainda como trabalhadoras para o consumo próprio ou do grupo familiar. Dados do IBGE (2006) demonstram que cerca de 33% da força de trabalho feminina, ou seja, 12 milhões de mulheres situavam-se nesses nichos. Dados da Fundação Carlos Chagas (2002) apresentam um percentual de 34% das mulheres contra 9% dos homens ocupando posições mais vulneráveis no mercado.

Evidencia-se, portanto, que estas trabalhadoras estão mais expostas que os homens a empregos de baixa produtividade, mal pagos e vulneráveis, sem proteção social e sem direitos. Isto fruto da divisão de gênero do trabalho que separa e articula a produção e a reprodução, integra os dois níveis do trabalho feminino, sexualiza as relações de trabalho e as relações sociais, segundo Souza-Lobo (1991).

Outrossim, ocorre no âmbito do empreendedorismo. A ação empreendedora está mais equilibrada no quesito gênero. Dados do GEM (2009) apontam que no Brasil, as mulheres empreendedoras já superam os homens em número: elas são 53% do total de empreendedores do país, contudo, no conjunto das fontes pesquisadas neste estudo, verifica-se que as mulheres empreendem como alternativa para fugir das desigualdades. Destaca-se que o acesso delas a essa categoria de trabalho tem características diferentes dos homens: a *necessidade* é o fator principal de motivação para a mulher iniciar um empreendimento, ou seja, elas estão em busca de alternativas de trabalho e renda, como saída para a situação de adversidade da pobreza e da exclusão.

Vislumbram-se, portanto, na prática empreendedora feminina semelhanças com os avanços e contrastes existentes na participação feminina no mundo do trabalho formal, pontos que serão explorados no decorrer deste estudo.

O problema de pesquisa a ser explorado está circunscrito, portanto, nesse conjunto de considerações. Assim, pretende-se com este estudo

explorar a perspectiva de gênero subjacente à prática empreendedora feminina e a relação da educação com a decisão delas de empreender.

1.2 –QUESTÕES E OBJETIVOS DE PESQUISA

Com esse entendimento, esta investigação tem o propósito de conhecer e problematizar como ocorre o acesso das mulheres ao mundo do trabalho por meio do empreendedorismo. Esta questão central desdobra-se em outros aspectos que se inter-relacionam: Quais os traços do empreendedorismo feminino? Que nível de escolaridade elas têm? Como aprendem a empreender? As relações de gênero influenciam na forma como elas empreendem? Com isso, pretende-se desvelar a ação empreendedora feminina na Paraíba, contexto empírico escolhido por ser acessível, com vista a contribuir para enriquecer o debate sobre o tema, coadunado com a educação.

Na busca de responder a estas questões, enunciam-se os seguintes objetivos de pesquisa:

Geral

- Explorar o fenômeno do empreendedorismo feminino de uma perspectiva que articule gênero e educação, considerando o contexto empírico da Paraíba.

Específicos

- Descrever as características do processo empreendedor feminino.
- Destacar o nível de escolaridade das mulheres empreendedoras.
- Identificar as aprendizagens mobilizadas pelas mulheres para empreender.
- Examinar como as relações de gênero afetam a ação empreendedora feminina.

1.3 –REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este estudo tem caráter qualitativo, e empregou técnicas de pesquisa bibliográfica, documental impressa e digital, buscando explorar o empreendedorismo feminino. Como referencial teórico, a pesquisa se fundamenta nos conceitos de gênero e relações de gênero e de aprendizagens formal, informal e não formal (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2000, p. 9), fruto da perspectiva aberta pelo conceito de “aprendizagem ao longo da vida”.

Gênero refere-se a noções de masculinidade e feminilidade (dicotômicas, assimétricas, hierarquizadas) e a marcadores de identidade, aprendidos, não a características naturais (CARVALHO, 2007). Um marco histórico na teorização de gênero foi o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, escrito em 1949, no qual ela argumenta que *mulher* é uma construção social, historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como “o outro”. A autora é lembrada pela famosa frase, “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”.

Relações de gênero são relações de poder regidas pelos princípios androcêntricos, sendo que não apenas os homens, mas os valores masculinos, são considerados superiores (CARVALHO, 2007). Conforme Bourdieu (2007), as principais estruturas responsáveis pelo processo de reprodução da ordem social androcêntrica dominante são a família, a escola e a igreja.

Destaca-se a família como estrutura onde ocorrem as primeiras experiências gendradas, em que a criança aprende a ser menino ou menina, assumindo uma identidade ou *habitus* – conceito de Bourdieu que denota uma estrutura psicossomática – de gênero. Todavia, é na escola que a ordem androcêntrica do conhecimento e do trabalho é reforçada e legitimada, uma vez que a escola forma para o trabalho (CARVALHO, 2007).

Assim, ocorre no âmbito da educação o processo de naturalização da divisão sexual do trabalho, como afirma Carvalho (2007):

As relações de gênero são educacionalmente produzidas e reproduzidas, identidades e *habitus* de gênero são aprendidas,

internalizados e corporificados, em geral sob o jugo da dicotomia e assimetria de papéis e da heteronormatividade conformando corpos e mentes a modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade, de forma complexa e articulada a outras estruturas de dominação (CARVALHO, 2007, p. 1).

Por outro lado, destaca-se que os papéis e identidades de gênero não são imperativos fixos, unilaterais, ditados aos indivíduos pela socialização, e sim, prescrições complexas, contraditórias, que precisam ser interpretadas em cada situação de ação ou reconstrução, para que possam ser reproduzidas ou modificadas. Assim, homens e mulheres constroem e reconstroem sua ação, e os significados de suas ações, no espaço social a partir de sua apropriação das estruturas sociais de forma diferenciada e mudam sua atuação.

O conceito de aprendizagem ao longo da vida compreende a aprendizagem abarcando todas as *fases* (infância, adolescência, idade adulta e idosa) e as dimensões da vida dos sujeitos (escola, trabalho, cultura, vida cotidiana, economia, entre outros), necessitando a formação estar em conexão com essas fases e dimensões para além do processo institucional. Ademais, outrossim, se considera a prática empreendedora feminina definida como resultante de uma aprendizagem ante um contexto sociocultural e econômico (Bulgacov; Camargo; Cunha, 2008 *apud* Camargo e Brolesi, 2010, p. 110)

O foco do conceito *de aprendizagem ao longo da vida* está no entendimento de que o sujeito é condicionado pelas estruturas sociais, tais como gênero e classe social. Assim, conhecendo-se o processo de condicionamento, entende-se e interpreta-se o sujeito e sua interdependência com a sociedade.

A partir do exposto, a escolha das categorias de gênero e aprendizagem como perspectivas de análise norteia o estudo das histórias das participantes do Prêmio Mulher de Negócios, promovido pelo SEBRAE/Paraíba nos anos 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. Esses dados são de natureza empírica, porém acessados em documentos produzidos e disponibilizados pela organização do evento.

A natureza da pesquisa é qualitativa, pois, segundo Flick e cols. (2000, *apud* Günther, 2006, p.2) sua primazia está centrada na compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar as relações complexas ao invés

de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. É utilizada para responder a questões particulares, sendo foco da sua preocupação um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Face aos objetivos desta pesquisa, a mesma caracteriza-se como exploratória, devido à novidade da temática que é objeto de uma análise inicial. Uma pesquisa é considerada exploratória pelo fato de ter como principal finalidade esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores.

No que se refere aos dados primários utilizou-se como principal fonte de referência as histórias, manuscritas pelas 163 participantes do Prêmio Mulher de Negócios, promovido pelo SEBRAE/Paraíba, e publicadas nas edições 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. Essas histórias foram construídas a partir de um roteiro do referido prêmio, abordando o processo de criação, desenvolvimento e geração de valor ao negócio.

O conjunto de histórias das concorrentes ao Prêmio Mulher de Negócios oferece a possibilidade de interpretação da prática empreendedora feminina por meio da compreensão das experiências narradas e perpassadas pelas relações de gênero e pelos processos de aprendizagem.

Como fontes secundárias têm-se os resultados de pesquisas de instituições de pesquisa nacionais e internacionais relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, culturais, demográficas, políticos e institucionais, dentre outros, da prática do empreendedorismo. Destacam-se no âmbito nacional, as pesquisas do *Global Entrepreneurship Monitor* GEM/Brasil (2008, 2009 e 2010), já citadas anteriormente, para mapear as transformações que ocorreram no perfil do empreendedor brasileiro, com ênfase nos traços e características da inserção feminina nesse fenômeno. Outrossim, utilizaram-se as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), especificamente Delors (1996) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000), forneceram marcos importantes. Tais documentos tornaram possível explorar o atual perfil da mulher empreendedora brasileira, baseado no seu contexto socioeconômico e cultural.

Plano de análise das histórias das mulheres empreendedoras concorrentes ao Prêmio Mulher de Negócios do SEBRAE/Paraíba

As histórias escritas pelas empreendedoras foram coletadas através da internet, em página específica do Prêmio Mulher de Negócios do SEBRAE/Paraíba (www.mulherdenegocios.sebrae.com.br). Inicialmente, nelas foram identificados os dados demográficos que caracterizam essas mulheres e suas empresas.

Posteriormente, as histórias escritas pelas 163 empreendedoras participantes do referido prêmio, foram lidas de forma crítica e analítica no intuito de compreender a ação empreendedora dessas mulheres, as evidências dos condicionantes oriundos das relações de gênero, e as articulações com a educação e, de forma mais específica, as categorias das aprendizagens. Algumas temáticas foram destacadas: empreendedorismo por necessidade e oportunidade; relações de gênero como condicionantes da inserção e da prática empreendedora, e do papel familiar; barreiras e superação; aprendizagem formal, informal e não formal.

Segundo Cassol (2006, p 72) a leitura pressupõe a capacidade de saber escolher e diferenciar os elementos essenciais para os objetivos da pesquisadora e classificá-los segundo os critérios eleitos pela pesquisadora. A leitura analítica envolve as fases de diferenciação, de compreensão e de julgamento. Nada se pode analisar sem antes entender. Entender significa ir ao interior das idéias, compreendê-las, descobrir as características que as definem e as relações que possuem. Entendidas as idéias, passa-se a sua análise. Afirma ainda a autora que analisar é atribuir valor, determinar utilidade, descobrir importância. Para analisar exigem-se critérios.

Neste estudo, os critérios usados para análise, julgamento e classificação dos dados, ou seja, as histórias escritas pelas empreendedoras participantes do prêmio mulher de negócios foram as três categorias de aprendizagem propostas pela Comissão das Comunidades Européias (2000), já citadas anteriormente. Cada uma das categorias de aprendizagem compreende aspectos específicos, conforme segue:

A primeira, a formal, é caracterizada como aquela que decorre de instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos; **a segunda**, a que decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. Pode ocorrer no local de trabalho e através de atividades de organizações ou grupos da sociedade civil (organizações de juventude, sindicatos e partidos políticos); pode ainda ser ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais (aulas de arte, música e desporto ou ensino privado de preparação para exames); **a terceira aprendizagem, isto é, a informal**, é definida como um acompanhamento natural da vida cotidiana. Contrariamente às outras duas aprendizagens, ela não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS, 2000, p. 9, grifos acrescentados)

1.4– ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação inicia-se com a apresentação da problemática, as questões de pesquisa e os objetivos, resumidos sucintamente nos seguintes termos: explorar o fenômeno do empreendedorismo feminino de uma perspectiva que articule educação e gênero. No final deste primeiro capítulo, introdutório, é apresentado o referencial teórico-metodológico do estudo.

O segundo capítulo contextualiza o empreendedorismo feminino na produção científica brasileira, a partir de um levantamento bibliográfico da incidência do termo empreendedorismo nos meios de divulgação da produção do conhecimento de maior proeminência: o Banco e teses e dissertações da Capes, a Revista Brasileira de Educação, e dois eventos científicos, o da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) e o Fazendo Gênero. Em seguida, identificaram-se nesses meios, trabalhos que explorassem a temática do empreendedorismo feminino a partir das perspectivas educacional e de gênero. Por fim, foram destacados os aspectos mais relevantes estudados nesses trabalhos.

O terceiro capítulo apresenta uma revisão de literatura, estruturada em cinco partes: inicia com uma análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho; em seguida, situa os principais traços do crescimento da

participação da mulher nas atividades produtivas, os avanços e recorrências, perpassadas pelas relações de gênero; Aborda, então, o empreendedorismo como categoria de trabalho surgida como alternativa para homens e mulheres no enfrentamento do desemprego; destaca o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil; e conclui discorrendo sobre o papel estratégico da educação no empreendedorismo.

O quarto capítulo trata da educação na prática empreendedora. O quinto capítulo aborda o empreendedorismo feminino, destacando suas características, possibilidades e o lugar da educação. Na primeira seção, caracteriza a participação da mulher no empreendedorismo no Brasil em relação às tendências demográficas da atividade empreendedora compreendidas no período de 2001-2009. Na segunda seção, traça um perfil das 163 empreendedoras participantes do Prêmio Mulher de Negócios, edições 2006 a 2010, na Paraíba. Na terceira seção destaca a inserção dessas mulheres empreendedoras em setores de trabalho predominantemente femininos, mas também masculinos. Na quarta seção discute motivações, condições e desafios das empreendedoras, marcados pelas relações de gênero. Na quinta e última seção, aborda o lugar da educação no empreendedorismo feminino e as aprendizagens das mulheres nos âmbitos formal, não formal e informal.

O sexto e último capítulo apresenta a conclusão e indicações para estudos futuros, no interesse de abordagens e intervenções educacionais que possam empoderar as mulheres para superarem a reprodução das relações de gênero na ação empreendedora.

2 – O EMPREENDEDORISMO FEMININO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Com o propósito de conhecer e identificar a incidência da discussão acerca do tema mulheres e empreendedorismo na produção científica, no Brasil, particularmente na interseção entre educação e gênero, realizou-se um levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da CAPES e em três meios de divulgação da produção do conhecimento nas áreas, nomeadamente: Revista Brasileira de Educação, periódico especializado de circulação nacional; em trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), de 2000 a 2009; e nos trabalhos apresentados no 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero ocorrido em 2008, haja vista a proeminência destes espaços acadêmicos para a difusão e debate das questões relativas a educação, gênero e trabalho.

Com relação ao primeiro levantamento, na base de Teses e Dissertações da CAPES, direcionou-se a pesquisa por palavras-chave como *empreendedorismo*, *mulher empreendedora*, *empreendedorismo feminino*, no período entre 2000 e 2008. Com o termo “*empreendedorismo*” o número dissertações e teses indexadas perfazem um total de 836 e 127 estudos, respectivamente. Observou-se que 80% desta produção científica esta concentrada nos últimos seis anos. Apesar da profusão de estudos, no mesmo período, no tocante aos termos *empreendedorismo feminino* ou *mulher empreendedora*, os registros são ínfimos, pois totalizam 27 trabalhos (dissertações e teses), com concentração de 90% da produção nos últimos seis anos. Concernente às áreas de conhecimento prevalecem os estudos no campo da Administração, Engenharia da Produção e Psicologia. No campo da educação foram identificadas apenas três dissertações e uma tese.

No âmbito da Revista Brasileira de Educação, pesquisou-se entre a 00ª e 44ª edições, pelas palavras-chave *microempresária*, *mulher empreendedora* e *empreendedorismo* e *empreendedorismo feminino*. De um de total 388 artigos publicados, nenhum explorava a temática.

O levantamento dos trabalhos nas reuniões da ANPED obedeceu aos seguintes critérios metodológicos: 1 – a delimitação temporal, considerando reuniões de 2000 (23ª reunião) a 2009 (32ª reunião). Tal marco foi estabelecido em razão do ano 2000 representar o início de uma década de crescimento da ação empreendedora feminina, conforme o GEM (2008); 2 – a consulta sobre a presença do tema nos Grupos de Trabalho (GT) *Trabalho e educação e Gênero, sexualidade e educação*, haja vista que os conteúdos que caracterizam o empreendedorismo feminino perpassam essas áreas de estudo; 3- A definição dos descritores, entre os quais mulher de negócios, mulher empreendedora, ou trabalhos que focassem trabalho feminino na gestão de pequenos negócios. Ao final deste levantamento, foi encontrado apenas um artigo, no GT *Trabalho e educação*, que discute o tema do empreendedorismo feminino; trata-se do meu próprio trabalho (LEITE, 2009), intitulado “Empreendedorismo feminino e educação” apresentado no GT – Trabalho e Educação durante a 32ª Reunião ANPED. Quanto ao GT23 – Gênero, sexualidade e educação, nenhum trabalho foi identificado.

Na pesquisa junto ao Simpósio Temático intitulado “Gênero e o trabalho de mulheres em grupos formais e informais” realizado no 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero ocorrido em 2008, dentre os 24 trabalhos apresentados, 10 exploravam a temática do *empreendedorismo feminino*. Embora o termo não tenha aparecido explicitado nos resumos, identificou-se a referência ao tema por se tratarem de trabalhos relacionados aos pequenos negócios criados e dirigidos individual ou coletivamente por mulheres.

Esse reduzido número de trabalhos selecionados tanto no âmbito do Banco de Teses e Dissertações da CAPES como no conjunto dos meios de divulgação do conhecimento na área de educação, provoca uma certa inquietação, fato que, a princípio, conduz a uma percepção ambígua: de um lado, as evidências do crescimento e importância do empreendedorismo feminino tornando-se alvo do interesse das políticas públicas dos governos; por outro lado, a ausência do debate consistente em torno da perspectiva educacional considerada por Delors (1996, p.82) como responsável por “dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento”.

Dentre as teses e dissertações identificadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, merece destaque a dissertação de mestrado em

Administração de Neidi Krewer Cassol (2006), da Universidade Regional de Blumenau, cujo título é **“A Produção Científica na área de empreendedorismo feminino: Análise dos estudos indexados na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI)”**. Trata-se da sistematização do assunto na literatura internacional com maior fator de impacto do mundo. Os resultados apontam que as dimensões sobre as quais predominam os enfoques dos estudos da base de dados do ISI são a *individual* e *ambiente*², respectivamente. Zapalska enfatiza que,

À medida que cresce o número de mulheres que iniciam negócios, cresce também a importância do papel destas mulheres na economia e na sociedade, e que torna relevante conhecer suas características psicológicas, motivos para empreender, objetivos, e, especialmente, as diferenças entre o comportamento empreendedor de homens e mulheres. (Zapalska, 1997 *apud* CASSOL, 2006, p. 109)

Outrossim, ressalta:

os estereótipos de inferioridade associados à mulher e as menções a ela como sendo o sexo frágil, afetam negativamente seu desempenho como empreendedora, influenciado nas escolhas por segmentos pobres de serviços, lutando pela sobrevivência, reforçando a imagem negativa da mulher em negócios (Zapalska 1997 *apud* CASSOL 2006, p. 109)

Outra descoberta da autora que merece destaque é a constatação surpreendente do estudo de que o nível educacional mais alto de algumas mulheres não afeta positivamente a decisão de empreender.

² Estas dimensões exploradas por Cassol (2006) têm como referência o modelo desenvolvido de Gartner (1985) que, após extensa revisão bibliográfica dos trabalhos sobre empreendedorismo, percebeu que todas as pesquisas e trabalhos assemelhavam-se em alguns aspectos e apresentavam pontos comuns entre si. Assim, propôs uma estrutura útil e prática para analisar as pesquisas e trabalhos na área de empreendedorismo, onde as quatro dimensões propostas compreendem aspectos específicos a serem analisados nas pesquisas, são elas: individual, organização, processo e ambiente.

Ademais, na dimensão *ambiente*, verificou-se que aspectos socioculturais do ambiente exercem grande influência sobre a escolha e decisão das mulheres de tornarem-se empreendedoras. Demonstra-se que elas respondem diferentemente dos homens aos estímulos externos, especialmente em relação a fatores culturais, imagem, limites e estereótipos enfrentados.

Sugere, portanto, Cassol (2006, p.113) que o “investimento em aspectos culturais como a divulgação de histórias de sucesso, a disseminação da imagem da mulher como empreendedora em potencial e plenamente capaz” poderiam contribuir para fomentar iniciativas empreendedoras.

Geraldo (2004), no trabalho “O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência da Blusol”, explora a importância que o microcrédito tem para o combate à pobreza. Nos últimos anos, afirma a autora, que a Blusol³ tem se tornado um mecanismo de democratização do acesso ao crédito, sobretudo àqueles(as) que não têm acesso ao sistema financeiro tradicional. Apesar de alguns limites, essa política pública tem demonstrado efeitos positivos no processo de inclusão social, por meio do aumento crescente da auto-estima, a melhora da renda familiar e o empoderamento das mulheres, principais protagonistas das políticas de microcrédito.

No trabalho intitulado “O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista-BA” Gomes (2003) diz que é possível identificar a ausência ou incipiência de estudos do fenômeno do empreendedorismo feminino a partir do matiz de gênero. Entre os achados do trabalho, destaca a autora que o atributo “integridade” obteve maior pontuação entre as respondentes, ou seja, elas valorizam o relacionamento íntegro com as pessoas que as cercam e consideram que esse tipo de pensamento interfere no sucesso do empreendimento. Por outro lado, os comportamentos de “inovar” e “correr riscos calculados” não são atributos fortes entre elas.

³ A BLUSOL – Instituição Comunitária de Crédito Blumenau-Solidariedade tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de microempreendedores. Essa iniciativa foi inspirada na experiência do Grammen Bank (banco rural) de Bangladesch, cujo precursor foi o economista Muhammad Yunus. (www.blussol.org.br). Acesso em dez. 2011.

Informa ainda a autora que os perfis empreendedores descritos na literatura não consideram a perspectiva de gênero e que as pesquisas acadêmicas sobre a temática ainda estão em fase pré-paradigmática, não existindo padrões definitivos, princípios gerais ou fundamentos que possam garantir de maneira cabal o conhecimento na área.

Nas demais dissertações, que abordam o empreendedorismo feminino, por mim levantadas junto ao banco de Teses Dissertações da Capes, os sub-temas explorados são: “Administração do conflito entre maternidade e atividade profissional pela mulher empresária da cidade de Criciúma em Santa Catarina” (RODRIGUEZ, 2003); “A ação empreendedora como solução para a pauperização das mulheres (GUROVITZ, 2003); “Empreendedorismo e educação: O SEBRAE na escola” (DIAS, 2006); “Educação empreendedora e pedagogia da autonomia: Releitura de uma prática didática” (DINIZ, 2004); e “A experiência de sucessão para herdeiras de empresas familiares” (MACHADO, 2006).

Entre as teses indexadas que abordam a temática, os sub-temas explorados são: “Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife” (FORTE, 2006); e “Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana” (RODRIGUES, 2008).

Na tese de Cruz (2006), intitulada “Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária”, aparece a expressão *mulheres empreendedoras solidárias*, para caracterizar mulheres que, advindas de uma trajetória de exclusão social, produzem laços sociais contemporâneos, organizadas em um contexto de economia popular solidária, que, segundo a autora, favorece o reconhecimento do trabalho das mulheres, especialmente daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, mas empreendem sua força de trabalho na produção e na reprodução social.

Foi investigado qual o papel das mulheres no processo de geração de alternativas à crise atual do trabalho e como, ao mesmo tempo, tais iniciativas se constituem campos para a geração de vínculos sociais e econômicos. Ademais foi dito que, entre a casa e a rua, é cada vez maior o número de mulheres que estão buscando reescrever suas trajetórias de socialização de forma a não sucumbir à exclusão e à invisibilidade social.

Registra-se que todas essas dissertações e teses têm autoria feminina. Apenas a tese “Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana” (RODRIGUES, 2008) situa-se na área de educação, mas não tem enfoque de gênero.

No âmbito da educação, com enfoque de gênero, destaca-se a dissertação de mestrado de Leal (2009), da Universidade Federal da Paraíba, intitulada “Aprender a empreender: um pilar na educação de jovens e adultos”. Nela o autor argumenta sobre a importância da aprendizagem do empreendedorismo como pilar

necessário a ser edificado, tanto para garantir índices elevados de sobrevivência às empresas, como para dar conta da situação de escassez do emprego, tão requisitado pela grande legião de jovens e adultos, homens ou mulheres, que carecem de ocupação. (LEAL, 2009, p. 40)

No tocante aos aspectos de gênero, o trabalho explora a participação da mulher no mundo do trabalho por meio do empreendedorismo e o papel da educação no desenvolvimento das empreendedoras, corroborando a opinião de Danny M. Leipziger, vice-presidente e chefe da rede sobre Redução da Pobreza e Gestão Econômica do Banco Mundial:

A importância econômica da mulher não é apenas um problema das mulheres, é problema do desenvolvimento. Se não se investe o suficiente nas oportunidades econômicas da mulher, se limita o crescimento econômico e se desacelera o avanço na redução da pobreza. (Banco Mundial, 2006 *apud* LEAL, 2009, p. 40).

O documento *La Educacion de Personas Jovenes y Adultas em América Latina y El Caribe*, por sua vez, destaca:

Para as mulheres, a educação se constitui em um dos caminhos que pode fazê-las transitar da marginalidade e

subordinação a uma situação de autonomia que amplia suas possibilidades de intervir nos processos de decisão coletiva. (Unesco, 2000 *apud* LEAL, 2009, p. 113).

Leal (2009) explora, no estudo, os avanços femininos na direção da equidade de gênero, no tocante à geração de novos negócios. Por outro lado, destaca ambigüidades quanto à motivação que leva essas mulheres a empreender e às características dos negócios. Em sua maioria, empreendem por necessidade, ou seja, como alternativa de sobrevivência, e os negócios têm baixa perenidade e capacidade de gerar bons resultados econômicos, e social e ambientalmente responsáveis.

Outrossim, em relação à escolaridade, identificou-se um nível maior de escolarização das mulheres pesquisadas em relação aos homens. Por fim, Leal (2009) relativiza a perspectiva instrumental da educação como capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho de homens e mulheres.

O artigo apresentado por mim no GT Trabalho e educação durante a 32ª reunião ANPED, tinha como propósito situar o trabalho feminino no contexto do empreendedorismo, ressaltando-se sua articulação com a educação. Buscou-se compreender o crescimento na participação das mulheres na atividade empreendedora nos últimos anos, perpassada pelas relações de gênero que influenciam na forma como homens e mulheres acessam o empreendedorismo.

Entre as constatações apresentadas no trabalho, identificou-se que, a exemplo do que ocorre no mundo do trabalho, as mulheres empreendem em sua maioria por necessidade, ou seja, como alternativa de sobrevivência e combate à fome e à pobreza. Ademais, os setores de atividade mais procurados por elas para empreender são aqueles que reproduzem o ambiente doméstico, a exemplo de lanchonete, salão de beleza, e confecção e conserto de roupas. Esses são setores com baixa inovação, elevada concorrência e baixo faturamento, conforme apontado no GEM (2008), a despeito do nível de escolaridade das empreendedoras ser mais elevado que o dos empreendedores.

No levantamento no 8º Fazendo Gênero, realizado em 2008, destacam-se, os trabalhos comentados a seguir. Cherfem (2008) analisa a leitura que fazem as marceneiras sobre o trabalho coletivo, no contexto da economia

solidária, bem como as dificuldades e conquistas no desempenho de uma atividade historicamente desenvolvida por homens. Silva (2008) estuda as relações de gênero no mercado de trabalho informal, e explora o processo de emancipação feminina por meio da ação empreendedora informal estimulada pelo acesso a programas de microcrédito. Por sua vez, Lindôso (2008) problematiza questões de autonomia ou subordinação na inserção da mulher em programas de microcrédito, buscando desocultar a presença da divisão sexual do trabalho revelada pelo volume de recursos destinados a elas, assim como as atividades “femininas” beneficiadas.

Embora esses estudos sejam afins quanto ao que pretendo investigar neste trabalho, os objetos de análise são distintos.

A produção examinada permitiu evidenciar muitos traços e aspectos que compõem o empreendedorismo feminino. Conquanto a maioria das autoras e autores não discutam especificamente um conceito de empreendedorismo feminino e ademais não estabeleçam diferenças entre o comportamento dos empreendedores e das empreendedoras, ficam claros os consensos sobre o empreendedorismo como uma forma acesso ao mercado de trabalho, usada como alternativa de sobrevivência e inclusão pelas mulheres, e a constatação de um percentual cada vez maior de mulheres na ação empreendedora, sobretudo, por *necessidade*. Portanto, esses são os elementos recorrentes tanto nas autoras e autores assinalados, quanto nos documentos que compõem nosso corpus documental. A única exceção é o trabalho de Gomes (2003) sobre o perfil de mulheres empreendedoras da cidade de Vitória da Conquista-BA.

Assim, compreender o fenômeno crescente do empreendedorismo de mulheres necessita de estudos a partir de outras perspectivas como da educação e das relações de gênero.

3 – BREVE REVISÃO DE LITERATURA SOBRE TRABALHO, EMPREENDEDORISMO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NESSES CAMPOS

Este capítulo está estruturado em cinco partes, iniciando-se com uma análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Em seguida, situam-se os principais traços do crescimento da participação da mulher nas atividades produtivas, os avanços e recorrências, perpassadas pelas relações de gênero. Segue-se com a abordagem do empreendedorismo como categoria de trabalho surgida como alternativa para homens e mulheres no enfrentamento do desemprego. Destaca-se, então, no final do capítulo, o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil.

3.1 – O mundo do trabalho: do pleno emprego ao trabalho precário

Segundo Nun (2006), é na segunda metade do século XVIII que o trabalho passa a ocupar a centralidade das relações sociais em decorrência de processos como o do crescimento do capitalismo, que trouxe em seu bojo o estabelecimento das relações mercantis e estruturação do mercado, tendo a mão-de-obra um papel estratégico na consolidação desse processo.

Esclarece Nun (2006, p. 288) que se atribuiu à economia a capacidade de resolver por si mesma o grande problema da ordem social. Configurando-se como núcleo dessa solução o conceito de trabalho, que surgiu com um significado homogêneo, mercantil e abstrato, cuja essência era o tempo. A riqueza das nações seria, então, mensurada pelo trabalho das pessoas que as integram e pelos meios de produção que possuem para melhor realizá-lo.

Entretanto, o ser humano relaciona-se de formas diferentes com o trabalho e essas diferenças marcaram momentos históricos distintos denominados como revoluções industriais. A Primeira Revolução Industrial, iniciada a partir de 1780, destacou-se pela mecanização, aceleração dos transportes e das comunicações (CHIAVENATO, 2000, p.30). Os avanços oriundos do uso da eletricidade e dos derivados do petróleo como fontes energéticas (1860 a 1914) foram marcos da Segunda Revolução Industrial e

propiciaram uma aceleração do crescimento industrial, alavancagem na produtividade, além de suscitar uma nova orientação da ação do/a trabalhador/a. Outra marca dessa revolução apontada por Chiavenato (2000), foi o avanço tecnológico e a aplicação dos progressos científicos à produção, surge daí uma nova forma de organização científica do trabalho, também chamada de *regime fordista-taylorista*, que teve como objetivo o controle de tempos e movimentos com a intenção de eliminar os tempos que não eram dedicados às tarefas produtivas, a fim de alcançar grande volume de produção a baixos custos.

No final do século XX inicia-se uma nova organização social que passa a se organizar em redes. A produção de riquezas passa a ter como arcabouço a ciência, a informação e o saber em geral, e não mais os recursos naturais e o tempo de trabalho (PETRO, 2006, p. 4). Esse novo momento é chamado de Terceira Revolução Industrial cujo cerne é a informação e o conhecimento como principais forças produtivas. Contudo, foi durante os primeiros trinta anos após o fim da segunda Guerra Mundial que a economia capitalista chegou ao apogeu, atingindo taxas históricas de desenvolvimento, mas também alcançou de forma sustentada níveis próximos de pleno emprego (NUN, 2006, p. 287).

Nesse período, foram implantadas na Europa e Estados Unidos as técnicas *keynesianas* do *Estado do Bem-Estar*, ou seja, o Estado situava-se, segundo Gorender (1995, p. 2), como intervencionista e regulador das questões econômicas, tornando-se o eixo da dinâmica social. As políticas macroeconômicas assumiram, assim, a responsabilidade pelo problema do emprego. Estabelecia-se a sociedade salarial cujas características são apontadas por Nun (2006, p. 287) como o emprego em tempo integral e duração indeterminada, com proteções legais e boas remunerações.

A doutrina de Keynes, implantada de forma generalizada pelos países capitalistas desenvolvidos no período imediato do pós-guerra, cuja essência foi a criação de demanda propulsora de investimento, constitui a *fase fordista do capitalismo*, ou seja, fase da produção em massa (Harvey, 1994 *apud* GORENDER, 1997, p.3). Simultaneamente, a adoção do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) também contribuiu para a expansão da demanda agregada, ajustando a absorção da produção em massa, característica do

fordismo, e elevou paulatinamente o padrão de vida dos trabalhadores e,consequentemente,o padrão de consumo.

Contudo, a partir da entrada dos produtores japoneses de automóveis na cena da concorrência, o modelo fordista de produção, dominante na época, começa a apresentar problemas e entra em crise na década de 1970, conjuntamente com as dificuldades do intervencionismo do Estado do Bem-Estar Social e *keynesiano*. Entre os pontos fracos do fordismo,aponta Gorender (1997, p.5) está o nível de desmotivação dos operários, manifestada em altos índices de abandono do trabalho e rotatividade no emprego, no absenteísmo elevado, no alcoolismo, no fraco empenho nas tarefas. Ademais,

a inflexibilidade e o ritmo da esteira de montagem resultavam em quantidade considerável de produtos defeituosos, razão pela qual era preciso ocupar muitos supervisores de qualidade e operários na tarefa de reparos, destinando-lhe instalações e outros meios materiais. Como é compreensível, o trabalho de reparação poderia recuperar a qualidade padronizada dos produtos, porém não lhe agregaria valor.(Harvey,1994 *apud* GORENDER, 1997, p. 5).

E por fim, quando da introdução da automação eletrônica (microprocessadores) no interior da produção, intensificada na década de 1980, ficou clara a inadequação do modelo fordista às inovações tecnológicas. Esse cenário de aguçamento da concorrência e crise econômica configurou-se como esteio para difusão do modelo de produção japonês (*Toyotismo*) que representou um dos elementos concretos do processo de globalização capitalista.

A organização japonesa do trabalho e da produção (Toyotismo)

Na década de 1970, a expansão do modelo de produção *toyotista* baseado na economia de escopo diversificado para atender às necessidades diversas dos consumidores, provocou mudanças na organização e na gestão da produção através das novas técnicas e métodos introduzidos como os programas de gestão e de controle da qualidade, os círculos de controle da

qualidade, o controle estatístico de processos, focando o alcance da qualidade e prevenção das falhas (*erro zero*), a melhor performance e o estabelecimento de um novo padrão de relação com os fornecedores e clientes, com tempos mais curtos de processamento e entrega da produção.

Enquanto o *fordismo* eliminava os tempos mortos (de ociosidade forçada do operário), próprios do processo de trabalho de tipo artesanal, o novo modelo eliminou os tempos mortos inerentes ao fordismo, fazendo com isto baixar os custos de produção. A baixa destes acentuou-se ainda com a eliminação ou enxugamento dos setores de reparos e de manutenção, poupando os gastos que implicava, favorecendo o desemprego estrutural.

No âmbito das transformações no mundo do trabalho, uma análise detalhada e não parcial, constata que o *toyotismo* apresentou em seu âmago paradoxos, tais como: se, por um lado, buscou intensificar o trabalho em equipe, a administração do estresse, a flexibilização da mão-de-obra e a gestão participativa, contrapondo-se ao trabalho fragmentado e monótono com hierárquicas autoritárias, característico do modo de produção fordista, por outro lado, esclarece Antunes (1999, *apud* FUTATA, 2005, p. 1) a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise do século XX, “que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser”.

Junto com a expansão do modelo de produção *toyotista* veio a degradação das condições de trabalho, dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, dos trabalhadores. Segundo Gorender (1997, p. 5), na indústria japonesa em geral, os trabalhadores permanentes constituem coeficiente de cerca de 30% do total, compondo um núcleo que goza de vitaliciedade no emprego, garantia de promoções por antiguidade e outros benefícios. A maioria dos empregados, pelo contrário, é contratada em regime de trabalho temporário, com menor remuneração salarial e aplicação em funções de qualificação inferior.

Aponta Hirata (1991 *apud* GORENDER, 1997, p. 6) que o quantitativo de empregados temporários abrange principalmente mulheres, com preferência dos empregadores por mulheres acima dos 40 anos, praticamente fora da idade fértil. São elas que fornecem o contingente maior de trabalhadores menos qualificados e pior pagos, em condições precárias. “Tudo permite prever

que elas serão as principais vítimas da política neoliberal, que visa reduzir à dimensão social do Estado e favorecer a *desregulamentação do mercado de trabalho*” (BOURDIEU, 2007, p.111). Tomando como referência Hirata (2006 *apud* MARIUZZO, 2006, p.2), o trabalho precário é aquele que não tem proteção social, não tem garantias como aposentadoria, seguro-desemprego, seguro-saúde, assim como baixa carga-horária e falta de qualificação, gerando baixa remuneração.

O processo de trabalho, segundo Mendes-Gonçalves (1992), não se constitui apenas em dispêndio de energia, mas é, em essência, a forma caracteristicamente humana de sociabilidade e de construção histórica, nas quais as determinações do passado e as possibilidades do futuro estão presentes na tecnologia em cada momento desse processo. O trabalho ocupa uma posição estratégica no desenvolvimento das sociedades na atualidade, pois através dele estas se produzem.

Assim, o contexto da mundialização do capital e reestruturação produtiva aparece como resposta à necessidade de aumentar a produtividade, reduzir custos na produção, especialmente os custos do trabalho. A partir do trabalho, o ser humano se afirma como sujeito em um movimento realizado para dominar a realidade objetiva: ele modifica o mundo e, neste processo, modifica a si próprio.

3.2 – As atuais configurações do trabalho feminino

A reestruturação produtiva iniciada no Brasil na década de 1980, já citada anteriormente, é definida por ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA (2004) como:

um novo padrão de acumulação que reorienta o conjunto de relações sociais, transforma não apenas a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigura o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora. Esse processo transforma assim o universo do trabalho aumentando a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora. (ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA, 2004, p. 2).

Na sua heterogeneidade, tem uma visível dimensão de gênero, pois os efeitos desiguais e excludentes afetam de forma particular as mulheres. Por isto homens e mulheres estão implicados de modo distinto neste processo de mudanças, vivenciam-no e o percebem de maneiras distintas. Apresentam-se a seguir alguns traços dessa dimensão.

Segundo ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA, (2004), os estudos recentes sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil têm revelado que há tanto continuidades quanto mudanças importantes na última década. As continuidades podem ser observadas por meio dos fatores socialmente determinados (definição dos tipos de trabalho como masculinos e femininos) que agem como elementos significativos na determinação do que se denomina de “inserção excluída”, isto é, segregação do trabalho feminino em funções menos qualificadas, repetitivas, destituídas de conteúdo, com menos oportunidades de mobilidade ocupacional e menores níveis salariais, conforme esclarece Posthuma (1998, *apud* PEREIRA, 2003, p. 13).

As continuidades podem ser vistas também na manutenção de alguns nichos ocupacionais nos quais predominava a mão de obra feminina desde os anos 1950, como é o caso das áreas de ensino, saúde, administração pública, serviços domésticos, comunitários, limpeza, comércio de mercadorias ou atividades agrícolas (YANNOULAS, 2002; DIEESE, 2001), ou seja, o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho está mais vinculado à expansão de atividades tradicionalmente “femininas”, que reproduzem as tarefas domésticas e/ou exploram suas habilidades “naturais”, de fato, fruto da socialização diferenciada entre os sexos. Isto ocorre porque a divisão de gênero do trabalho separa e articula a produção e a reprodução, integrando os dois níveis do trabalho feminino e sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais, segundo Souza-Lobo (1991).

Segundo Hirata (2001), há, na verdade, um processo de divisão social do trabalho que tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação da ideologia naturalista. Este processo empurra o gênero para o

sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.

Essas idéias de estudiosas feministas foram corroboradas por Bourdieu (2007) ao definir que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais, ou seja, a “ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina, cujo princípio masculino é tomado como a medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2007, p.18). Afirma ainda Bourdieu (2007, p. 18) que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes.

As regularidades da ordem física e da ordem social impõem práticas e inculcam valores à medida que excluem as mulheres de tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores” (BOURDIEU, 2007, p.40). Assim, observa Yannolas (2002) que as “*escolhas*” realizadas pelas mulheres por profissões pouco prestigiadas e mal remuneradas podem ter suas raízes na constituição fragilizada da subjetividade feminina.

Dentre as mudanças, ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA (2004) destacam que além do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho ter se intensificado nas últimas três décadas, elas passaram a se inserir em setores de atividade e profissões antes reservadas apenas aos homens. Estas mudanças ocorreram na esteira de movimentos políticos e sociais deflagrados no período entre 1960 e 1980 – com destaque para o movimento feminista – e foram fruto da mudança de valores culturais deles decorrente. Segundo Bruschini (2007), no decorrer da segunda metade século XX, o aumento do trabalho feminino no Brasil foi impulsionado pelas transformações demográficas, culturais e sociais.

No campo demográfico a tendência mais relevante, em curso desde a década de 1980, foi o crescimento acentuado de mulheres na chefia dos lares. No campo social sobressaem-se as mudanças nos valores relativos ao papel social da mulher que alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Contudo, aponta Castells (1999), foi o fim da família patriarcal a principal transformação social ocorrida no último quartil do século XX ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA (2004) indicam que transformação nos valores refletiu-se na significativa expansão da escolaridade feminina,

inclusive seu ingresso massivo no ensino secundário e superior, que teve como consequência a expansão da presença das mulheres no setor de serviços e em profissões técnicas e de nível superior.

Indicadores de 2005, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) revelam que no período 1993-2005 a participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) passou de 28 para 41,7 milhões; a taxa de atividade aumentou de 47% para 53%; e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 39,6% para 43,5%. Ademais, elas chegaram a chefiar 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares. Por sua vez, esclarece Bruschini (2007), apesar dos consideráveis avanços— considerando que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho em 2005 e mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino, na mesma data – elas ainda estão longe de alcançar as taxas de atividade masculina que são superiores a 70%.

A pesquisa do IBGE (2006) revela ainda que há uma relação virtuosa entre o nível de escolaridade das mulheres e as taxas gerais de atividade: as com mais 11 anos de estudo apresentavam as taxas mais elevadas. Outrossim, entre as brasileiras com 15 anos ou mais de escolaridade, 83 em cada 100 trabalhavam, em 2005. Outro aspecto da escolaridade refere-se à participação feminina no nível superior cuja presença na década analisada, superou a dos homens, a ponto de no ano de 2005, a parcela feminina entre os formados ter atingido 62%, como revelam dados do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação (BRUSCHINI, 2007, p.12).

Se considerarmos que, ao mesmo tempo, aumentou a contribuição das mulheres para a renda familiar, sendo que em cerca de 25% das famílias brasileiras seu trabalho constituiu a única ou principal fonte de rendimentos, é possível compreender porque parte das mulheres nessa situação, e por falta de escolha, se dispõe a aceitar condições de trabalho precárias e baixos salários o tende a reproduzir o ciclo vicioso da pobreza e a sua segregação ocupacional no mercado de trabalho.

A despeito destas transformações, fatores relativos ao papel tradicional das mulheres como principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares sobrecarregam as trabalhadoras,

afetam suas escolhas e restringem parcial ou totalmente as condições de trabalho e o rendimento, ou seja, o êxito no espaço público, como comenta Bruschini(2007), cobra um “preço” provocando, por vezes, insucessos no âmbito familiar, sendo a recíproca verdadeira.

Destaca Hirata (1994, *apud* PEREIRA, 2003, p. 10) que há um processo diferenciador da qualificação e do emprego da força de trabalho feminina e masculina, presente, há muito tempo, no espaço da produção, mas só recentemente problematizado nos estudos relativos à divisão sexual do trabalho. Bourdieu (2007, p.73) corrobora esta afirmação ao apontar que “o trabalho se constitui sempre como diferente segundo seja efetuado por homens ou por mulheres”.

Bourdieu (2007) realça ainda que as visíveis mudanças expressas pela igualdade de oportunidades na escola e no trabalho ocultam persistentes desigualdades tanto nas carreiras escolares quanto profissionais. Se, por um lado, a crescente independência econômica da mulher e a transformação das estruturas familiares são frutos da abertura das instituições escolares às mulheres, as instituições sociais e educacionais cumprem a função de desviar as mulheres “para seu bem” de certas carreiras consideradas masculinas, inculcando o que ele chama de *impotência aprendida*, ou seja, elas aprendem que determinados campos, disciplinas e carreiras não são para elas, e mais, se vêem como incapazes de ocupar esses espaços. Do mesmo modo, quando ocupam posições de chefia, não se sentem confortáveis em ao dar ordens para homens.

Atualmente, apesar do processo de reestruturação produtiva ter aberto novos nichos, novos lugares de trabalho para um número cada vez maior de mulheres, ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA, (2004, p. 24) observam que as mulheres brasileiras continuam ocupando majoritariamente postos de trabalho em que realizam tarefas manuais, repetitivas, monótonas, pobres de conteúdo e consideradas desqualificadas. Assim, em conjunto com a situação econômica das últimas décadas e as mudanças no cenário global, a reestruturação produtiva tem contribuído também para reproduzir os mecanismos de segregação do mercado de trabalho que afetam homens e mulheres de forma desigual.

3.3 – Empreendedorismo como categoria de trabalho: origem e evolução do termo

Para melhor compreender a prática empreendedora, faz-se necessário responder a uma pergunta: Quem é o empreendedor, sujeito dessa prática? Segundo Filion (2000) há uma diversidade conceitual nesse campo, contudo atribui-se os primórdios à escola do pensamento econômico. Destacam-se no século XVIII as obras do banqueiro Cantillon adepto do pensamento, em meio a Revolução Industrial na Inglaterra, que considerava o empreendedor como um indivíduo que comprava matéria prima por um preço certo para revendê-la por um preço incerto e se havia lucro é porque havia inovação.

Um século depois (1800) o economista francês Jean Batist Say utilizou o termo *empreendedor* em seu livro *Tratado de Economia Política*, definindo-o como o responsável por reunir todos os fatores de produção e descobrir no valor dos produtos a recuperação de todo capital que ele emprega, o valor dos salários, o juro, o aluguel que ele paga, bem como os lucros que lhe pertencem (FILION, 2000, p.17).

A consolidação do conceito nesse campo deve ser creditada ao economista austríaco Schumpeter (1982) que, como um dos formuladores da teoria dos chamados *grandes ciclos* no desenvolvimento da economia moderna, associou claramente o empreendedorismo à inovação, definindo o empreendedor como um destruidor criativo, “por desenvolver novos produtos, novos métodos e novas indústrias que libertam dos antigos investimentos estagnados e lhes dá novo alento num corpo tecnológico renovado” (FILION, 2000, *apud* SOUZA, 2006, p.27)

Entretanto, a partir dos avanços das ciências do comportamento, os Behavioristas entre a década de 1970 e meados dos anos 1980, exerceram o domínio da área do empreendedorismo, sendo o principal foco das pesquisas sobre empreendedorismo a questão “quem é o empreendedor?”.

Desde então, o termo sofreu alterações no seu significado, que acompanharam as mudanças ocorridas no contexto sócio-econômico, mais especificamente as que afetaram diretamente o mundo do trabalho. Hisrich e Peters (2004, p.29) citam como exemplo inicial de empreendedor o intermediário Marco Pólo que, correndo riscos, estabeleceu rotas comerciais

para o Extremo Oriente. Apontam ainda que o “empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas e independências econômica e pessoal”.

Contudo, Dornelas (2001 *apud* SOUZA, 2006, p.30) destaca que foi sobretudo no mundo tecnológico e da globalização que o conceito de “empreendedor” ganhou corpo e autonomia”. Reforça ainda que o empreendedor funciona como um motor da economia, um agente de mudança dentro e fora da organização.

O GEM (2008) define o empreendedor como

o trabalhador que, comprometido com os resultados, cria competências organizacionais, sociais e econômicas para realizar a transformação que o negócio exige. É o agente econômico reflexivo, aquele que deve produzir valor econômico a partir de sua atividade, tendo a reflexão como seu principal instrumento de trabalho. É um indivíduo que administra sua vida profissional, agora sujeita a alterações imprevisíveis e frequentes, obrigando-o a reorientar sua identidade, suas atitudes, metas, rotinas e redes sociais. (GEM, 2008, p. 68)

Por outro lado, esclarece Souza (2006, p.30) que uma das grandes dificuldades na discussão da temática do empreendedor é definir quais são as características e aspectos mais comuns na atuação do típico empreendedor. Segundo ainda o autor, pesquisas na literatura especializada permitiram encontrar alguns aspectos de consenso entre os/as estudiosos/as em relação aos comportamentos delineados pelo modelo empreendedor.

O empreendedor tem um modelo, uma pessoa que o influencia. Tem iniciativa, autonomia, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização. Trabalha de forma independente. É um trabalhador incansável. Aceita o dinheiro como uma das medidas do seu desempenho. Sabe fixar metas e alcançá-las. É orientado por resultados, para o futuro, para o longo prazo. Cultiva a imaginação e aprende a definir visões. Assume riscos calculados. É um líder. Traduz pensamentos em ações. Cria

um método próprio de aprendizagem (INATEL *apud* SOUZA, 2006, p. 31)

Contudo, faz-se necessário um entendimento sobre os aspectos que contribuem para o seu sucesso ou seu fracasso e que sirvam para sustentar instrumentos que ampliem e melhorem o entendimento a respeito desse fenômeno. Faz-se necessário situar, concretamente, as práticas empreendedoras, os sujeitos dessas práticas e suas ações no contexto sociocultural e econômico.

Estabelece-se, então, o desafio de compreender a formação da prática empreendedora no mundo do trabalho, uma questão de interesse educacional. Há uma variabilidade das experiências empreendedoras no tempo e no espaço, como aponta Filion (2000), portanto, não só os aspectos econômicos, mas também, sociais, culturais, locais, assim como o tempo histórico, influenciam a ação empreendedora.

Como já foi dito anteriormente, inúmeros artigos e pesquisas foram produzidos pela academia no decorrer dos anos sobre o empreendedorismo, sendo que uma das questões centrais relacionadas ao tema refere-se aos elementos que caracterizam as pessoas consideradas empreendedoras. Destaca-se nesses estudos a análise de traços de personalidade como autoconfiança, persistência, resistência ao risco, flexibilidade, além de valores e comportamentos éticos (Morris, 2002, *apud* DOLABELA, 2008, p 3).

O marco inicial para os estudos do perfil do comportamento empreendedor foram os escritos de David C. McClelland (1961), destaca Filion (2000) que identificou nos empreendedores de sucesso um elemento psicológico crítico, que denominou de motivação da realização ou estímulo para melhorar. Ele elucida que o ser humano é um produto social e que se pode ver o empreendedorismo como um fenômeno cultural, fruto dos hábitos, práticas e valores dos grupos sociais.

Filion (2000) destaca ainda, que a pesquisa do empreendedorismo revelou o foco comportamental, contudo ainda não foi possível estabelecer um perfil psicológico absolutamente científico do empreendedor, restando apenas os comportamentos em si para sinalizar, de forma ainda empírica, o êxito ou

fracasso que eles alcançam na interação com o mercado. Esclarece Hilário Neto (2004) que o comportamento de um indivíduo e suas características pessoais são adquiridas através de suas próprias experiências na convivência com a família e os círculos de amizade freqüentados.

Corroborar com essas idéias Bohnenberger (2007, *apud* DOLABELA, 2008, p.4) ao destacar que o desenvolvimento de alguns comportamentos e características e o arrefecimento de outras se dá por meio das relações sociais, ou seja, família, escola, amigos, trabalho e sociedade. Esse processo acontece ao longo da vida, pelas mais variadas circunstâncias com que se defrontam os indivíduos e que fazem parte de suas histórias.

Conforme assinala Campos (2007) em pesquisa realizada no âmbito internacional a partir de 1982, Mclelland identificou dez características do comportamento empreendedor que ele denominou de “CCE – *Características do Comportamento Empreendedor*”, comuns aos empreendedores de sucesso, que foram adaptadas e segmentadas pelo Programa Empretec do SEBRAE (1993), em três categorias descritas no quadro 1, adiante.

Quadro 1: Características do Comportamento Empreendedor

CATEGORIAS		EVIDÊNCIAS
REALIZAÇÃO	Busca de oportunidades e iniciativa	Faz as coisas antes de solicitado ou antes de forçado pelas circunstâncias; Age para expandir o negócio a novas áreas, produtos ou serviços; Aproveita oportunidades fora do comum para começar um negócio, obter financiamentos, equipamentos, terrenos, local de trabalho ou assistência.
	Exigência de qualidade e eficiência	Encontra maneiras de fazer as coisas melhor, mais rápido ou mais barato; Age de maneira a fazer coisas que satisfazem ou excedem padrões de excelência; Desenvolve ou utiliza procedimentos para assegurar que o trabalho seja terminado a tempo ou que o trabalho atenda a padrões de qualidade previamente combinados.
	Persistência	Age diante de um obstáculo significativo; Age repetidamente ou muda de estratégia, a fim de enfrentar um desafio ou superar um obstáculo; Faz um sacrifício pessoal ou desenvolve um esforço extraordinário para completar uma tarefa.
	Independência e autoconfiança	Busca autonomia em relação a normas e controles de outros; Mantém seu ponto de vista mesmo diante da oposição ou de resultados inicialmente desanimadores; Expressa confiança na sua própria capacidade de completar uma tarefa difícil ou de enfrentar um desafio.

PLANEJAMENTO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	Correr riscos calculados	Avalia alternativas e calcula riscos deliberadamente; Age para reduzir os riscos ou controlar os resultados; Coloca-se em situações que implicam desafios ou riscos moderados.
	Busca de informações	Dedica-se pessoalmente a obter informações de clientes, fornecedores e concorrentes; Investiga pessoalmente como fabricar um produto ou fornecer um serviço; Consulta especialistas para obter assessoria técnica ou comercial.
	Estabelecimento de metas	Estabelece metas e objetivos que são desafiantes e que têm significado pessoal; Define metas de longo prazo, claras e específicas; Estabelece objetivos mensuráveis e de curto prazo.
	Planejamento e monitoramento sistemáticos	Planeja dividindo tarefas de grande porte em subtarefas com prazos definidos; Constantemente revisa seus planos, levando em conta os resultados obtidos e mudanças circunstanciais; Mantém registros financeiros e utiliza-os para tomar decisões.
INFLUÊNCIA(RELAÇÃO COM AS PESSOAS)	Comprometimento	Assume responsabilidade pessoal pelo desempenho necessário ao atingimento de metas e objetivos; Colabora com os empregados ou se coloca no lugar deles, se necessário, para terminar um trabalho; Esmera-se em manter os clientes satisfeitos e coloca em primeiro lugar a boa vontade a longo prazo, acima do lucro a curto prazo.
	Persuasão e redes de contato	Utiliza estratégias deliberadas para influenciar ou persuadir os outros; Utiliza pessoas-chave como agentes para atingir seus próprios objetivos; Age para desenvolver e manter relações comerciais.

Fonte: SEBRAE – Manual Empretec (1993).

Para McClelland (1982, *apud* CAMPOS, 2007, p. 7) o sucesso empresarial não está relacionado apenas ao desenvolvimento de habilidades como finanças, marketing, produção, entre outros, nem tão pouco à obtenção de incentivos creditícios e/ou fiscais, mas também à atitudes empreendedoras, através da mobilização de tais características.

3.4 – Empreendedorismo no Brasil

Como e quando ocorreu a profusão do empreendedorismo no Brasil? Segundo Dornelas (2001 *apud* SOUZA, 2006, p. 35) o empreendedorismo ganha força no Brasil, por meio do fortalecimento, na década de 1990, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Antes disso, praticamente não se falava de empreendedorismo e em criação de pequenas empresas. Os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora. (Dornelas, 2001 *apud* SOUZA 2006, p.35)

Outrossim, o empreendedorismo passou a ser disseminado por intermédio das instituições de ensino superior, sobretudo a partir de 1998 com o lançamento do programa REUNE – Brasil, cujos principais parceiros foram a Confederação Nacional das Indústrias – CNI, o Instituto Evaldo Lodi – IEL e o SEBRAE Nacional, com o objetivo de expandir a filosofia empreendedora na rede de ensino universitária, tendo o professor Fernando Dolabela como principal mentor desse programa. Como consequência desses dois fatos pode-se apontar o crescimento nas últimas duas décadas do número de micro e pequenas empresas.

Para conceituar as micro e pequenas empresas (MPEs) são consideradas, comumente, variáveis como mão-de-obra empregada, valor do investimento, faturamento e volume de produção. No Brasil, dois conceitos aparecem como os mais utilizados. O primeiro deles é o do governo brasileiro que é fundamentado em legislação específica a tais tipologias de empresas, na busca de assegurar a elas tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, de acordo com o artigo primeiro da Lei 9.841, de 05/10/1999, Artigos 170 a 179 da Constituição Federal, além da recente Lei Complementar 123/06. De acordo com o Decreto 5.028 de 31 de março de 2004, o critério adotado para conceituar micro e pequena empresa é a receita bruta anual, cujos valores variam de: até R\$ 433.755,14 anuais para micro empresa; de R\$ 433.755,14 até R\$ 2.144.222,00 anuais para pequena empresa.

O segundo conceito é o definido pelo SEBRAE cuja classificação utilizada é o número de empregados, nomeadamente: Microempresa, aquela com até 19 empregados na indústria e 09 empregados no comércio/serviço; e Pequena Empresa, a que na indústria tem entre 20 e 99 empregados e no comércio/serviço entre 10 e 49 empregados (SEBRAE, 2005, p.10)

Dados do SEBRAE (2007, *apud* PEREIRA e GRAPEGGIA, 2009, p.4) revelam que no Brasil o universo das MPE representa 5,5 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, os quais respondem por 20% do Produto Interno Bruto (PIB), 12% das exportações, 43% da renda total e geram 60% dos empregos (60 milhões de brasileiros têm ocupação remunerada nas micro e pequenas empresas). Esses dados demonstram que as micro e pequenas empresas adquiriram importância crescente na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, na dinâmica da economia brasileira e mundial.

Conforme o GEM (2008) estima-se que no Brasil em 2008 um total de 14.644.000 pessoas desenvolveu alguma atividade empreendedora. Esse número colocou o país no 3º lugar no ranking mundial em número de empreendedores e empreendedoras, ficando atrás apenas da Índia e Estados Unidos.

Por outro lado, a outra face do empreendedorismo no Brasil é formada por um contingente de trabalhadores em busca de alternativas precárias de trabalho tanto nas condições de autônomos sem registro como de assalariados informais GEM (2008, p. 65). Assim, a relação elementar entre empreendedorismo por *necessidade* e a taxa de desemprego é óbvia, ou seja, esses trabalhadores excluídos do mercado formal buscam alternativas para geração de emprego e renda não por aptidão ou por serem empreendedores no sentido *schumpeteriano*, mas porque estão em busca de saídas para as adversidades da pobreza e da exclusão, esclarece ainda o GEM (2008, p. 66)

Segundo o GEM (2008),

Os empreendedores informais são proprietários de microempresas e/ou dedicam-se a atividades de prestação de serviços que atendem a pessoas físicas, como, vendedores ambulantes, *motoboys*, trabalhadores da construção civil, cabeleireiros, manicuras, donas de casa que buscam complementar a renda familiar com habilidades domésticas etc. Segundo Relatório do Banco Mundial (2007), as características mais intimamente relacionadas a esse tipo de empreendedor são de proprietários de microempresas com menos de dez empregados, nível de escolaridade abaixo do nível médio, que se vinculam às atividades de construção civil, agricultura, comércio varejista e transporte. (GEM, 2008, p. 66).

Quadro 2: Atividade empreendedora total (TEA) de empreendedores iniciais segundo situação laboral, Brasil 2007

SITUAÇÃO LABORAL	TEA	
	Taxa (%)	Proporção (%)
Dona de Casa	3,6	5,0
Aposentado(a)	3,8	2,0
Desempregado(a)	5,7	8,0
Vive de rendas	10,5	1
Autônomo com registro	30,6	33,0
Empregado com registro	5,3	9,0
Empregado sem registro	23,0	24,0
Apenas Empreendedor	52,7	16,0
Outro	3,8	1,0

Fonte: Pesquisa GEM 2007 (GEM, 2008)

O quadro 2 ilustra o argumento acima ao demonstrar que 32% da TEA, ou seja, da atividade empreendedora total de 2007 apresentava-se como “desempregados” ou como “empregados sem registro em carteira”. Se forem agregadas a esse universo de empreendedores as “donas de casa”, o percentual aumenta para 37% dos empreendedores. Os empregados sem registro em carteira, os desempregados e as donas de casa são categorias características do empreendedorismo por necessidade. São essas categorias que buscam uma alternativa de sobrevivência ou complementação da renda familiar no trabalho informal.

Esse/a empreendedor/a por necessidade está desprovido/a de informações sobre tecnologias e mercado. Além de não dispor de recursos e de apoio financeiro, não possui formação e informação sobre a atividade empreendedora. Uma das causas do baixo potencial tecnológico dos empreendimentos no Brasil está mais assentada em fatores sociais e

ambientais do que em fatores tecnológicos. Essa situação fica muito clara quando se analisa o perfil do empreendedor (GEM, 2008, p. 65).

Segundo ainda o GEM (2008) esses empreendedores estabelecem-se em atividades para atender de forma complementar a um mercado de produtos já existentes, de baixo valor agregado, de fácil acesso, de baixo risco, que não oferece barreiras a novos entrantes e utilizando-se de tecnologias conhecidas. Em geral, são empreendedores que geram apenas o próprio emprego ou o emprego de familiares. Produzem para o mercado local e não têm expectativas de exportar seus produtos.

Quanto às atividades desenvolvidas, segundo o GEM (2008, p. 72), estão voltadas principalmente para o atendimento a pessoas físicas (80% da TEA) e a serviços orientados aos consumidores (60% da TEA): serviços pessoais de baixa qualificação, vendedores ambulantes, autônomos e pequenos estabelecimentos familiares prestadores de serviços. Esses empreendedores normalmente são pessoas alijadas do mercado de trabalho formal, jovens que iniciam sua vida profissional ou pessoas que desenvolvem atividades de complementação de renda familiar, entre as quais há um número significativo de mulheres.

Por outro lado, em 2008, pela primeira vez na série de pesquisas GEM, o Brasil atinge a razão de dois empreendedores por oportunidade para cada empreendedor por necessidade, fruto em parte das políticas desenvolvidas pelos planejadores públicos e responsáveis pelo fomento à atividade empreendedora, representando um avanço no percurso do empreendedorismo no desenvolvimento do país.

4. A EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EMPREENDEDORA

A educação tem, reconhecidamente, um papel estratégico no empreendedorismo, assim como na atividade econômica em geral. Esta questão é discutida brevemente neste capítulo, com base nas pesquisas do Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2008, 2009, 2010).

Entre as *condições que afetam o empreendedorismo* apontadas pelo GEM (2009, p.30) apresenta-se a educação, sobretudo no âmbito formal (ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante, cursos de pós-graduação, além de cursos especificamente voltados a empreendedorismo/negócios), como um dos vetores que impactam na criação e desenvolvimento dos negócios. A referida pesquisa sustenta que, em âmbito nacional, faz-se necessário examinar aspectos como a qualidade, a relevância e a profundidade da educação e dos programas de capacitação voltados à criação e ao gerenciamento de novos negócios, a filosofia do sistema educacional direcionada à inovação e à criatividade, a competência dos professores para o ensino do empreendedorismo e a experiência dos gerentes e empreendedores em lidar com trabalhadores.

Verifica-se no GEM (2008) que o nível de escolaridade dos empreendedores sofreu uma mudança significativa. Em 2002, os sem educação formal e aqueles com até quatro anos de estudo representavam 50,8% do total. Já em 2007, os situados nessa mesma faixa de escolaridade não alcançaram os 30%. A população dos empreendedores com mais de cinco anos de escolaridade passou de 50% em 2001 para 71% em 2007, acompanhando a elevação dos índices de escolaridade do país.

Ademais, há uma relação virtuosa entre a escolaridade e a motivação para empreender, sendo os que empreendem por oportunidade os mais instruídos, conforme explicitado nos dados de 2007 do GEM. Entre os empreendedores por necessidade, 52,4% tinham até quatro anos de estudo e 47,6% possuíam mais de quatro anos de escolaridade. No empreendedorismo por oportunidade esses índices se inverteram: 35% e 65%, respectivamente. Assim, evidencia-se a importância da educação, especialmente a formal, na construção da mentalidade empreendedora.

Na pesquisa GEM 2007 foram analisados quesitos referentes às percepções dos empreendedores brasileiros quanto a: identificação de oportunidades de mercado; conhecimento, habilidade e experiência para começar um novo negócio; e o medo do fracasso como um fator impeditivo para empreender (GEM, 2008, p. 90). Considerando-se o período de 2003 a 2007 pesquisado pelo GEM, há evidências da correlação entre a mentalidade empreendedora e os níveis de escolaridade, ou seja, os empreendedores com maior escolaridade tinham uma melhor percepção das oportunidades, assim como auto-percepção da habilidade de iniciar um novo negócio.

Segundo Bernardes (2005 *apud* GEM, 2008, p. 91), estudos do empreendedorismo atestam que o alto nível de escolaridade está relacionado a uma maior consciência do ambiente de negócios no qual atua o empreendedor, podendo ser utilizada para identificar oportunidades de negócio. Isso explica porque a educação é destacada na pesquisa GEM (2008) como temática central na compreensão do fenômeno do empreendedorismo, assim como para a construção de programas e políticas públicas de fomento à ação empreendedora no país. Portanto, é um elemento essencial na construção de uma sociedade que promova a inclusão por meio da prática empreendedora.

Neste contexto, há uma questão relevante para melhor explicitar o processo de criação de um novo empreendimento: Como empreendedores aprendem sobre a ação empreendedora? O GEM fez a pesquisa junto a eles e foi apontado, em primeiro lugar, o apoio dos familiares e amigos com 35%; entre os órgãos de fomento destacam-se o SEBRAE, SENAC e SENAI com 20%; os cursos profissionalizantes e o contato com pessoas experientes na área, somando 18%, 11% e 7% respectivamente. As demais alternativas para subsidiar a ação empreendedora são os bancos, governo e outros que totalizam 23%; e as universidades, representando apenas 4% das expectativas de apoio dos empreendedores. Esses números revelam que eles/as utilizam sobretudo, as formas de aprendizagem não-formal e informal como fonte para aprender como empreender.

No âmbito da aprendizagem formal, a pesquisa GEM (2008) aponta que a escassa procura do empreendedor brasileiro por apoio das instituições de

ensino superior no desenvolvimento de competências⁴ deve-se em grande parte à tardia e morosa capacidade das instituições educacionais nacionais de adaptarem seus currículos às novas necessidades do mercado de trabalho. Cursos com foco em empreendedorismo no país só aparecem majoritariamente nas regiões com maior nível de industrialização e desenvolvimento, ou seja, Sul e Sudeste do país, por demandarem prioritariamente profissionais mais empreendedores.

Contudo, apesar da participação do ensino superior no fortalecimento da ação empreendedora ser insuficiente para atender as atuais necessidades, igualmente evidencia-se o esforço por parte do governo e de várias entidades civis em fomentar o empreendedorismo nas instituições de ensino nacionais (GEM, 2008, p.121). Os especialistas brasileiros na temática destacam a necessidade de políticas públicas voltadas para tornar o ensino do empreendedorismo obrigatório em todos os níveis de ensino.

Segundo Silva (2001), no período 1981-2001, ocorreram avanços no ensino do empreendedorismo nas universidades públicas brasileiras, nos cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Entre essas universidades destacam-se a Fundação Getúlio Vargas - FGV (1981), Universidade de São Paulo - USP (1984), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1992), Universidade de Brasília - UNB (1995), Pontifícia Universidade Católica - PUC - RJ (1996), além de outras, que iniciaram novas disciplinas ou programas relacionados ao tema. De início, a produção de pesquisas relacionadas ao empreendedor está inscrita nos campos da Psicologia, Engenharia, Ciências da Computação e Administração.

De acordo com Paiva (2002, *apud* GEM, 2008, p. 98), convém destacar que a Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), juntamente com o Decreto 2.208/97, estabeleceu um novo modelo educacional, focalizado na construção de competências e habilidades e tendo como objetivo um processo de aprendizagem no qual o “aprender a aprender” e o “aprender a fazer” estejam sempre presentes, com uma lógica de formação de atitudes, condutas e crenças. Com essa abordagem educacional, espera-se contribuir

⁴Nesse contexto, conforme Zarifian (1999 *apud* GEM, 2008, p.104) o termo competências é entendido como a capacidade da pessoa para agir em situações de incerteza através do conhecimento, habilidade e atitude, abrangendo não somente aspectos técnicos, mas também sociais e afetivos relacionados ao trabalho e à vida pessoal.

para que os alunos formados hoje sejam muito mais autônomos e desembaraçados que os do passado, ou seja, a LDB provê um novo modelo voltado para uma educação que inclua a perspectiva empreendedora.

Por outro lado, embora a pesquisa GEM Brasil (2008) revele que o empreendedorismo constitua uma temática de interesse nos campos político e acadêmico, devido à relevância para o desenvolvimento econômico do país, identifica-se que uma parcela significativa dos empreendedores brasileiros, aproximadamente 90%, não participou de atividades voltadas à criação de negócios em qualquer tempo, seja no decorrer da sua formação educacional formal, seja por meio de participação em atividades desse tipo em outras modalidades educacionais. Ressalta-se que os que participaram das referidas atividades ao longo da formação educacional formal, o fizeram por interesse próprio.

O foco do ensino nas instituições educacionais brasileiras ainda está voltado para orientar os sujeitos a perseguirem o trabalho formal, preferencialmente nas grandes empresas públicas ou privadas. Ainda predomina a percepção diminuta sobre a importância das micro e pequenas empresas como geradoras de emprego e renda e como possibilidade de carreira profissional. Ademais, observa-se um distanciamento entre o sistema educacional formal e os sistemas de suporte, como empresas, associações de classe, órgãos governamentais e de fomento, citados anteriormente. (GEM, 2008, p. 108).

Todavia, não se pode deixar de ressaltar o impacto que os níveis de escolaridade formal exercem na prática do empreendedorismo, como foi apontado anteriormente, especialmente no empreendedorismo por oportunidade, que requer maiores conhecimentos e competências voltadas ao domínio do processo produtivo e do mercado, bem como às inovações tecnológicas. Nesse sentido, cabe ressaltar também o crescimento dos índices de escolaridade das mulheres em todos os níveis, especialmente no nível superior, embora mais limitado nas carreiras tecnológicas (CARVALHO, 2006; GODINHO *et al*, 2005).

5.EMPREENDEDORISMO FEMININO: CARACTERÍSTICAS, POSSIBILIDADES E O LUGAR DA EDUCAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar, inicialmente, a partir dos dados da pesquisa GEM, a participação da mulher no empreendedorismo no Brasil em relação às tendências demográficas da atividade empreendedora compreendidas no período de 2001-2009. Embora não tenham sido identificadas diferenças significativas na ação empreendedora feminina e masculina, nos documentos utilizados como referências para este trabalho, apresentam-se brevemente, em uma análise comparativa e histórica, alguns movimentos diversos desse segmento da população empreendedora, e caracteriza-se a ação empreendedora feminina, elucidando as motivações e razões para a crescente inserção de mulheres nesse campo.

Em seguida, são explorados os principais aspectos relacionados à prática empreendedora das mulheres participantes do Prêmio Mulher de Negócios do SEBRAE/Paraíba, edições 2006 a 2010. Na conclusão do capítulo são tecidas algumas considerações sobre o lugar da educação e das aprendizagens no empreendedorismo feminino.

Tenta-se, assim, articular, os principais traços do empreendedorismo feminino no país e na Paraíba, suas imbricações com as relações de gênero e com a educação, buscando entender como se sustenta o empreendedorismo no caso da mulher, antes excluída dessa esfera de atividade econômica.

5.1 – Atuais configurações da participação da mulher na ação empreendedora

De acordo com o GEM (2010), ao se analisar as perspectivas da ação empreendedora brasileira em 2009, observa-se o aumento da participação das mulheres em relação aos homens na ação empreendedora.

Assim, cabe indagar, na atual conjuntura brasileira, o que fundamenta o crescimento da participação da mulher no empreendedorismo? Dentre outros fatores citados anteriormente, destacam-se a transformação na identidade da mulher cada vez mais voltada para o trabalho remunerado; o crescimento da

posição da mulher como responsável pela sobrevivência da família e a precariedade do acesso ao mundo do emprego formal.

Com o objetivo de conhecer os principais traços da ação empreendedora feminina, optou-se por priorizar a análise da ação segmentada por motivação (necessidade ou oportunidade), mentalidade empreendedora e percepção do ambiente empreendedor, enfatizando-se características do tipo de atividade e escolaridade, assim como em relação às políticas e instrumentos educacionais de apoio. Apresentam-se a seguir as perspectivas demográficas brasileiras.

Os resultados da pesquisa GEM 2009 (GEM, 2010) revelam que, com o aumento na participação da mulher na atividade empreendedora nos últimos anos, elas chegam a representar, em 2009, 53% dos empreendedores adultos (18 a 64 anos) no país, demonstrando a inversão de uma tendência histórica quando considerado o período 2001-2009, no qual as mulheres representavam em média 45,4% contra 54,6% dos homens. Em 2001 os homens empreendedores representavam 71% contra 29% das mulheres (Quadro 3).

Quadro 3: Evolução da atividade empreendedora feminina no Brasil, 2001 a 2009

ANO	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2001-09
SEXO	Proporção (%)									
Masculino	47	52,7	47,6	56,2	50,0	56,6	53,2	57,4	70,9	54,6
Feminino	53	47,3	52,4	43,8	50,0	43,4	46,8	42,6	29,1	45,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisas GEM 2007, 2008 e 2009 (GEM, 2008, 2009, 2010)

A despeito da constante oscilação entre homens e mulheres no empreendedorismo brasileiro, constata-se que a mulher brasileira é historicamente uma das mais empreendedoras do mundo. Em 2009, além do Brasil, apenas outros dois países registraram taxas de empreendedorismo

feminino mais elevadas que as taxas de empreendedorismo masculino: Guatemala e Tonga (GEM, 2009, p. 56).

No aspecto da motivação para empreender, a pesquisa GEM 2007 (GEM, 2008) nota que há uma diferença na maneira como homens e mulheres desenvolvem o empreendedorismo. Os homens, em sua maioria, empreendem visando explorar *novas oportunidades*, ou seja, empreendem utilizando novas tecnologias de ponta, e buscam nos mercados internacionais as condições necessárias ao crescimento sustentável e à efetiva geração de riqueza. Por outro lado, as mulheres empreendem principalmente motivadas pela *necessidade*, ou seja, na busca de alternativas satisfatórias de trabalho e renda, como saída para a adversidade da pobreza e da exclusão.

O GEM (2007) traz dados do Relatório do Banco Mundial (2007) que esclarece que na categoria de empreendedorismo por necessidade os trabalhadores mais experientes são em grande parte autônomos e mulheres casadas com filhos. Em 2007, enquanto 37% dos homens empreenderam por necessidade, essa proporção aumentou para 63% para as mulheres (GEM, 2008, p.75). Nesse mesmo ano, as empreendedoras por oportunidade representavam 46% contra 54% dos homens. Esses dados confirmam a tendência apresentada pelos dados da PNAD 2006, que indicam que as mulheres buscam alternativas de empreendimentos para complementar a renda familiar, ou ainda, para o sustento do lar como chefe da família.

Contudo, o GEM aponta (GEM, 2010, p. 56) que além do fato de mais uma vez numericamente as mulheres terem ultrapassado os homens na atividade empreendedora, cumpre destacar que ao longo do período de 2001 a 2009, neste último ano é a primeira vez que a proporção de mulheres empreendendo por oportunidade supera a proporção de homens na mesma condição, perfazendo 53,4% contra 46,7% dos homens. Ademais, em 2007, ano em que a proporção de mulheres envolvidas em atividades empreendedoras também foi maior do que a dos homens, a participação delas nos negócios por oportunidade foi inferior, evidenciando que mais um reduto tipicamente masculino, o de empreendedorismo *por oportunidade*, foi alcançado pela parcela feminina da população brasileira em 2009 (GEM, 2010, p.56)

Apesar dos avanços quantitativos das mulheres entre os empreendedores do país, observa-se que a liderança feminina traz ainda em seu contexto as marcas das desigualdades de gênero, seja no que diz respeito ao preconceito e desvalorização de alguns tipos de trabalho feminino, seja na sexualização ou gendramento das atividades. Ademais, esclarecem JONATHAN e SILVA (2007, p. 79), no contexto brasileiro, verifica-se que aproximadamente 66% das empreendedoras constituem primeiro a família e só depois realizam o projeto do negócio próprio, o que revela uma forma alternativa de lidar com o dilema família-trabalho.

No GEM 2007 (GEM, 2008, p. 76) apresentam-se dados da PNAD 2006 que mostram que as atividades típicas da mulher vinculam-se à prestação de serviços (56%). Elas também têm uma forte participação no trabalho agrícola (14%). As atividades urbanas vinculam-se especialmente a serviços domésticos, serviços de saúde e educação, e trabalho como vendedoras autônomas. Os dados de empreendedorismo, outrossim, revelam que as atividades em que a ação empreendedora feminina se realiza estão especialmente no comércio varejista (37%), na indústria de transformação (27%) e na atividade de alojamento e alimentação (14%), atividades consideradas tradicionalmente femininas. Esses setores replicam o ambiente doméstico (privado) e conforme o GEM (2008, p.72) têm pouca inovação, exigem relativamente baixos níveis de conhecimentos, tecnologia e investimentos, oferecendo poucas barreiras à entrada de novos negócios, estimulando a concorrência e, conseqüentemente, elevando os riscos de mortalidade desses negócios.

No aspecto da escolaridade, elas são mais instruídas. Entre os sem educação formal, em 2007, elas representavam 23,9% contra 33,9% dos homens. Outrossim, são maioria entre os empreendedores com escolaridade acima de 1 ano e até 11 anos, totalizando 25% da população empreendedora contra 22,7% dos homens (GEM, 2008). Contudo, quando se trata dos aspectos relacionados à mentalidade empreendedora, em que se evidencia a percepção do/a empreendedor/a sobre o ambiente de negócios, apresentaram uma percepção inferior à do homem. O relatório GEM (2008) aponta que elas têm mais dificuldade de identificar oportunidades de negócio, têm menor percepção sobre oportunidades de negócio na região onde residem e se

consideram mais inseguras para iniciar um novo negócio. Esses dados contrariam aparentemente o que já foi esclarecido anteriormente por Bernardes(2005 *apud* GEM, 2008), quando destacou a relação virtuosa entre o nível de escolaridade e a percepção da ação empreendedora. Todavia, lembrando do gendramento do conhecimento, dos cursos e das carreiras superiores (CARVALHO, 2006), pode-se compreender que, sendo oriundas de carreiras ditas femininas, em geral menos competitivas, as mulheres não têm acesso a conhecimentos e competências próprias do empreendedorismo por oportunidade.

Por outro lado, no aspecto de percepção do ambiente empreendedor, elas demonstram uma melhor percepção, embora ainda inferior à percepção masculina; identificam com maior clareza a ação empreendedora como opção de carreira e *status* e possuem mais informações obtidas, por meio da mídia, de casos de sucesso da ação empreendedora.

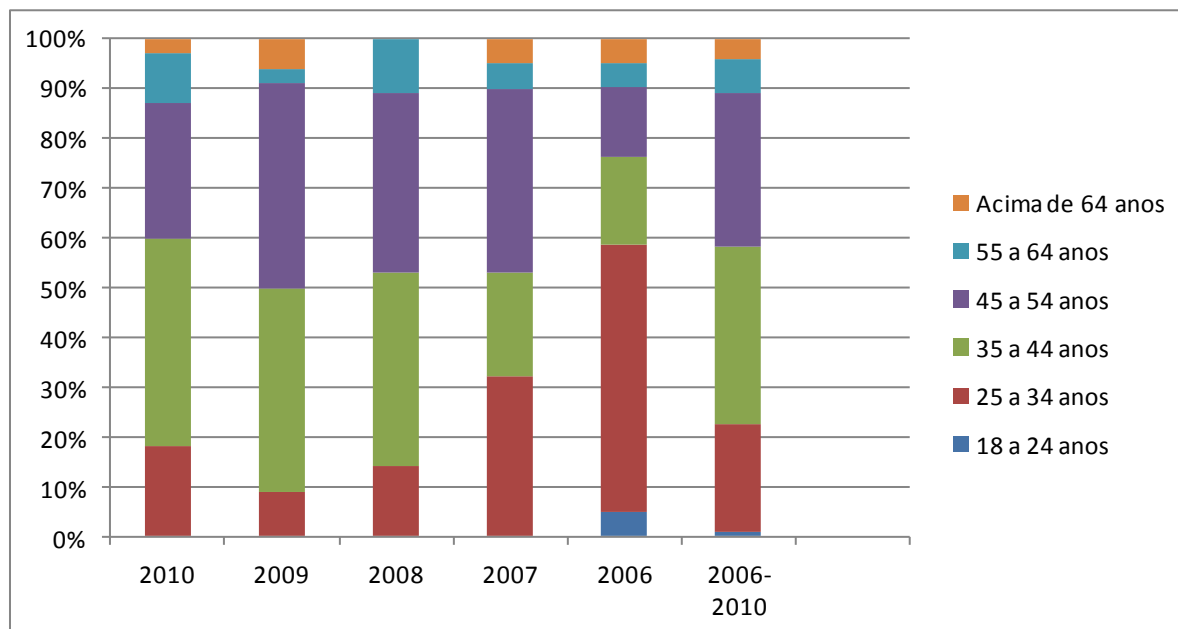
5.2 – Perfil das empreendedoras participantes do Prêmio Mulher de Negócios do SEBRAE/Paraíba, edições 2006 a 2010

Para conhecer melhor o perfil das mulheres empreendedoras, traça-se um perfil das 163 empreendedoras participantes do Prêmio Mulher de Negócios, edições 2006 a 2010, na Paraíba, destacando, numa breve análise, características de sua inserção e ação, a influência das relações de gênero, esuas aprendizagens nos âmbitos formal não formal e informal.

Quem são as mulheres participantes do Prêmio Mulher de Negócios do SEBRAE/Paraíba e quais a características da prática empreendedora?

No período entre 2006 e 2010, recorte temporal deste estudo, foram acessadas na página web do Prêmio Mulher de Negócios (www.mulherdenegocios.com.br) 163 histórias escritas pelas participantes do certame. No âmbito das informações sócio-demográficas, observa-se que mais de 50% das empreendedoras, no referido período, concentravam-se nas faixas etárias entre 35 e 44 e 45 e 54 anos. A exceção foi o ano de 2006, quando 70% das empreendedoras tinham idades entre 25 e 34 anos. A média no período indica que mais de 60% delas empreendem após os 34 anos (Figura1).

Figura 1: Empreendedoras paraibanas participantes do Prêmio Mulher de Negócios por faixa etária, 2006 a 2010



Fonte: Dados do Prêmio Mulher de Negócios 2006 a 2010 (mulherdenegocios.com.br)

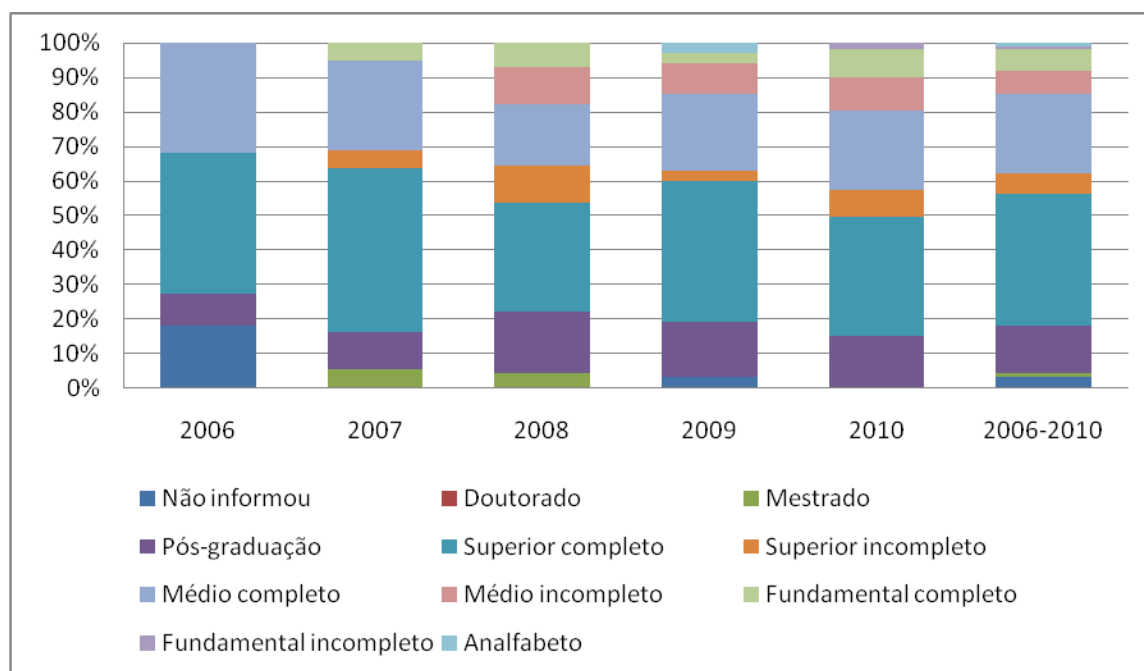
Esses dados corroboram o fato, apontado por JONATHAN e SILVA (2007, p. 79), de que, no contexto brasileiro, aproximadamente 66% das empreendedoras constituem primeiro a família e só depois realizam o projeto do negócio próprio. A pesquisa GEM 2007 (GEM, 2008, p. 74) destaca o papel tradicional da mulher na família, com desigual repartição, entre os cônjuges, dos encargos de cuidado da casa e dos familiares: a responsabilidade maior da mulher com a execução das tarefas domésticas, a maternidade e o cuidado com os/as filhos/as e idosos/as. Ou seja, as empreendedoras, assim como as trabalhadoras, têm suas escolhas afetadas pelos fatores relativos à vida privada, que restringem as condições de trabalho e o rendimento das mulheres.

Na figura 2 pode-se observar que, no período pesquisado do Prêmio Mulher de Negócios, elas são maioria nos níveis de escolaridade superior e de pós-graduação, perfazendo uma média de aproximadamente 60%. Esses números também corroboram aqueles encontrados na pesquisa GEM 2007 (GEM, 2008) ao apontar que entre os empreendedores com escolaridade

acima de um ano e até 11 anos, elas totalizam 25% da população empreendedora contra 22,7% dos homens. Como aponta o mesmo documento (GEM, 2008, p. 74), a escolaridade tem papel importante nas condições de vida das pessoas, além de ser um dos principais atributos para medir a desigualdade, sendo considerada um elemento estratégico de mudança da realidade social de um país.

É importante destacar, outrossim, a importância da educação, sobretudo, a superior para a construção da mentalidade empreendedora. Segundo Bernardes (2005 *apud* GEM, 2008, p. 91), estudos do empreendedorismo atestam que o alto nível de escolaridade está relacionado a uma maior consciência do ambiente de negócios no qual atua o empreendedor, podendo ser utilizada para identificar oportunidades de negócio.

Figura 2: Nível de escolaridade das empreendedoras paraibanas participantes do Prêmio Mulher de Negócios, 2006 a 2010

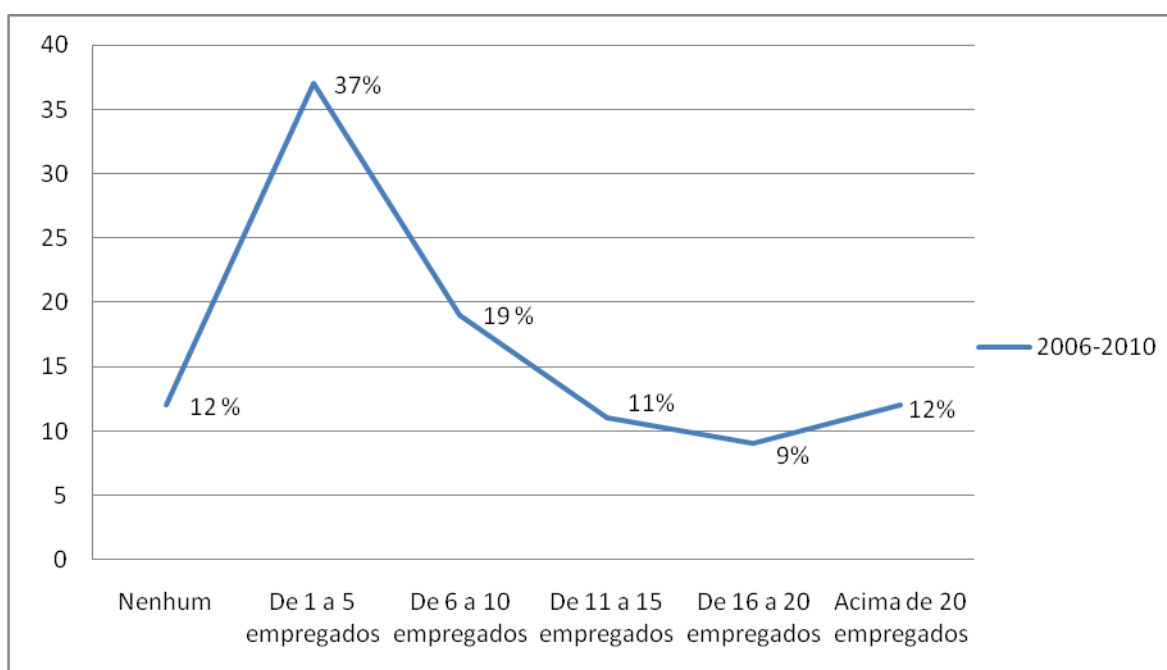


Fonte: Dados do Prêmio Mulher de Negócios 2006 a 2010 (mulherdenegocios.com.br)

No âmbito da caracterização das empresas observadas utiliza-se a classificação do SEBRAE (2005, p.10), que descreve como microempresa aquela com até 19 empregados na indústria e 9 empregados no

comércio/serviço; e pequena empresa como a que tem na indústria entre 20 e 99 empregados e no comércio/serviço entre 10 e 49 empregados. Observa-se que a maioria das empreendedoras participantes do referido Prêmio possui microempresas, totalizando 68% das empresas com até 10 empregados (Figura3). Esses números, outrossim, podem estar relacionados ao papel tradicional da mulher na família, conforme já referido, que limita sua ação empreendedora a negócios de pequeno porte que permitam conciliar as atividades do espaço privado (família) com as do espaço público (negócio).

Figura 3: Número de empregados das empresas das empreendedoras paraibanas participantes do Prêmio Mulher de Negócios entre 2006 e 2010

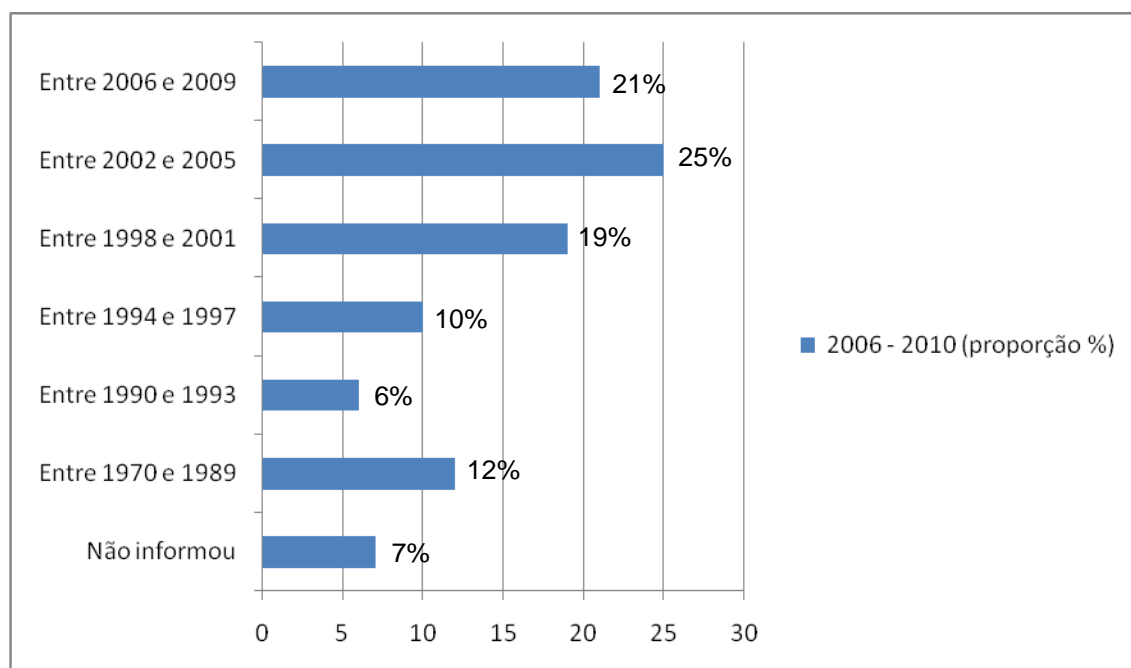


Fonte: Dados do Prêmio Mulher de Negócios 2006 a 2010 (mulherdenegocios.com.br)

No aspecto da longevidade dos negócios, o GEM (2008, p.77) esclarece que a superação da população de empreendedoras em relação aos homens ocorre entre os chamados empreendedores iniciais (aqueles com menos de 42 meses de existência); por outro lado, elas são minoria nos empreendimentos estabelecidos, ou seja, aqueles com mais de 42 meses de iniciados. Isso, segundo ainda a pesquisa GEM, pode revelar duas tendências: a primeira está

relacionada à dificuldade da mulher se estabelecer como empreendedora. A mulher empreendedora está mais presente nos empreendimentos mais instáveis e provavelmente encontra barreiras para transformar seu empreendimento em uma atividade consolidada no mercado; e a segunda é que, com a entrada mais recente da mulher na atividade empreendedora, os novos empreendimentos ainda não tiveram tempo para consolidar-se no mercado. Contudo, entre as mulheres participantes do Prêmio ocorre o inverso: cerca de 72% são estabelecidas em empreendimentos com mais de 42 meses de existência. Conforme ainda o GEM (2009, p. 34), as altas taxas de empreendedores(as) estabelecidos(a) podem indicar condições positivas para a sobrevivência da empresa (Figura 4).

Figura 4: Empresas das participantes do Prêmio Mulher de Negócios na Paraíba, por ano de criação, entre 2006 e 2010



Fonte: Dados do Prêmio Mulher de Negócios 2006 a 2010 (mulherdenegocios.com.br)

5.3 – Os setores de trabalho das empreendedoras na Paraíba

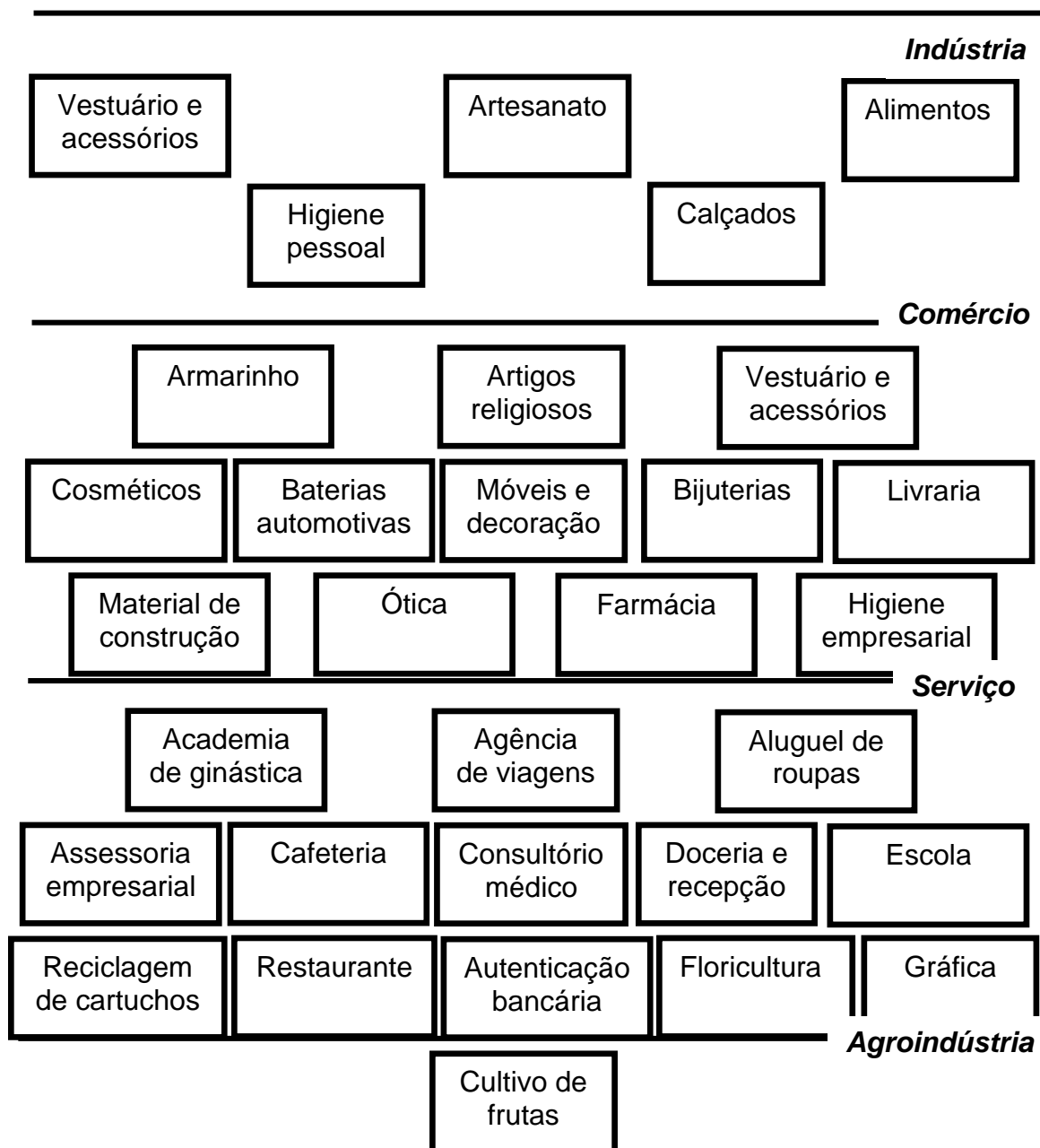
Como já se observou, o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho está vinculado à expansão de atividades tradicionalmente

“femininas” no setor serviços, ou seja, atividades que reproduzem as tarefas domésticas e/ou exploram suas habilidades “naturais”, de fato, fruto da socialização diferenciada entre os sexos. Segundo Hidrata (2001), esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher).

Os indicadores sociais do IBGE para o ano de 2006, destacados na pesquisa GEM 2007 (GEM, 2008, p. 72) apontam que, na prática ocorre uma segmentação ocupacional que concentra o trabalho feminino em quatro grandes categorias ocupacionais, que, juntas, compreendem cerca de 70% da mão de obra feminina: serviços em geral (30,7%); trabalho agrícola (15%); serviços administrativos (11,8%); e comércio (11,8%). Estas ocupações geralmente coincidem com aquelas situadas nos menores níveis salariais. Outrossim, as mulheres empreendem majoritariamente nas atividades consideradas tradicionalmente femininas, tais como comércio varejista (37%), na indústria de transformação (27%) e na atividade de alojamento e alimentação (14%), conforme dados do GEM (2008).

Entre as participantes do certame Prêmio Mulher de Negócios, edições 2006 a 2010, conforme as figuras 5 e 6, 41% empreendem em comércio (confeções, cosméticos e artigos de decoração) e 46% em serviços (restaurantes, lanchonetes, escolas e salões de beleza).

Figura 5: Distribuição das atividades das empreendedoras participantes do Prêmio Mulher de Negócios na Paraíba por setor econômico, 2006 a 2010

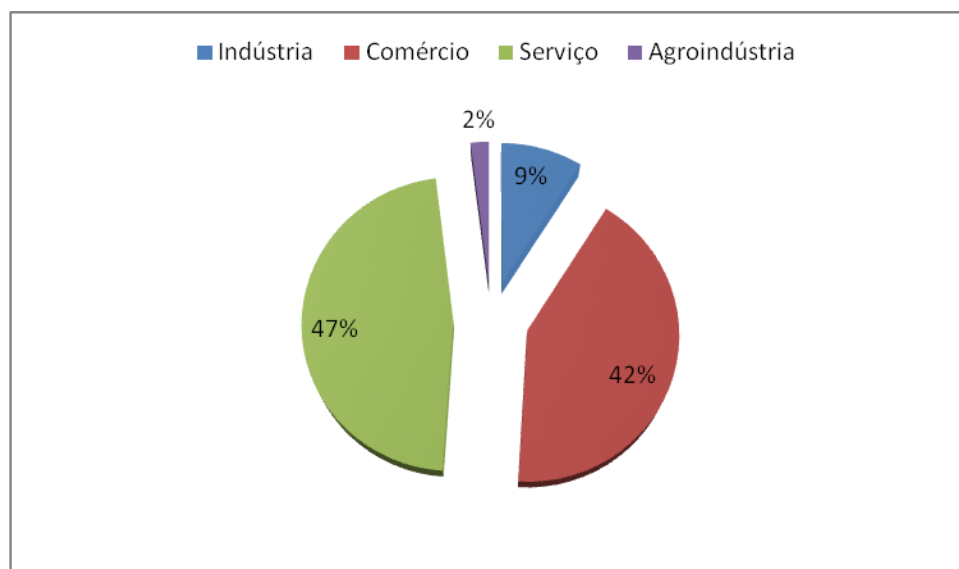


Fonte: Dados do Prêmio Mulher de Negócios 2006 a 2010 (mulherdenegocios.com.br)

Entretanto, há mulheres que superam essas barreiras e restrições empreendendo em setores tradicionalmente masculinos. Cerca de 30% das participantes do referido Prêmio empreendem em setores considerados tradicionalmente masculinos, tais como comércio de baterias automotivas, reciclagem de cartuchos, comércio de material de construção, serviços

gráficos, autenticação bancária, dentre outros. Contudo, foi identificada apenas uma empreendedora no setor agroindustrial.

Figura 6: Empresas por setor de atividade entre 2006 e 2010



Fonte: Dados do Prêmio Mulher de Negócios 2006 a 2010 (mulherdenegocios.com.br)

Apesar dos avanços quantitativos das mulheres entre os empreendedores do país, observa-se em seu contexto características recorrentes do mundo do trabalho formal feminino, destacando-se, por um lado, as desigualdades de gênero, seja no que diz respeito ao preconceito e desvalorização de alguns tipos de trabalho feminino, seja na sexualização das atividades.

5.4 – Motivações, condições e desafios das empreendedoras paraibanas

Como já foi referido, o GEM (2008) classifica a motivação para a ação empreendedora como *por oportunidade* ou *por necessidade* e destaca a influência da educação na descoberta e desenvolvimento das oportunidades dessa categoria de trabalho. Como se situam nesse binômio as empreendedoras paraibanas participantes do Prêmio Mulher de Negócios? A seguir apresentam-se alguns exemplos transcritos do Prêmio Mulher de Negócios (SEBRAE, 2008).

Em 2007, enquanto 37% dos homens empreenderam por necessidade, essa proporção aumentou para 63% entre as mulheres (GEM, 2008, p.75). Os relatos abaixo transcritos, de participantes do Prêmio, exemplificam situações de empreendedorismo por necessidade, em que a mulher aparece como responsável pela sobrevivência da família:

O salário foi ficando atrasado e o trabalho pouco atraente. Logo, senti a necessidade de lutar por uma segurança financeira, já que era a responsável economicamente pela minha família, composta por esposo e três filhos. (Proprietária de loja de material de construção).

Como eu não conseguia emprego e sentia que precisava ajudar em casa, aproveitei minha habilidade para costura e dei um jeito de ganhar dinheiro com isso. (Proprietária de indústria de artigos do vestuário)

Como se já apontou, a prática empreendedora é sexualizada (*gendrada*). Assim, as mulheres empreendem majoritariamente nas atividades de comércio varejista (37%), na indústria têxtil e de confecção (27%) e na atividade de alojamento e alimentação (14%), atividades consideradas tradicionalmente femininas e que replicam o ambiente doméstico, como já foi dito. Ademais, são setores que têm pouca inovação, exigem relativamente baixos níveis de conhecimentos e investimentos, oferecendo poucas barreiras a entradas de novos negócios, estimulando a concorrência e, conseqüentemente, elevando os riscos de mortalidade desses negócios. Nos depoimentos de outras participantes do referido prêmio, vêm-se marcas da sexualização ou gendramento e da desvalorização do trabalho feminino:

Trabalhei de doméstica numa casa de família sem direito a salário. Posteriormente de professora infantil ganhando muito pouco. Logo veio a idéia de uma lanchonete, comecei vendendo pastéis, coxinhas, empadas e sanduíche, tudo era muito simples. Uma grande dificuldade que enfrento é que muitas vezes chegam uns homens querendo tirar onda com

minha cara pedindo para vender-lhes pinga. Um chegou a me dizer que uma mulher como eu merecia um tiro na testa. (Proprietária de lanchonete).

Ressalta Cassol (2006) que aspectos socioculturais do ambiente exercem grande influência sobre a escolha e decisão das mulheres empreenderem. Destaca ainda a autora que a mulher responde diferentemente do homem aos estímulos externos, especialmente em relação a fatores culturais, imagem, limites e estereótipos enfrentados.

Após tentar entrar no quadro de saúde do Exército por dois anos, não desisti e consegui no terceiro ano. Foi bastante desafiador, pois era a segunda turma de mulheres e a única divorciada. Precisei mostrar respeito e dignidade. (Proprietária de clínica odontológica)

Aqui chegando resolvi logo procurar um ponto para montar a minha primeira loja, foi fácil encontrar o espaço, parecia ideal, de esquina, na rua principal. Fui logo procurar o proprietário e ele olhou para mim e disse: cadê o seu marido? Quem é o seu pai? Em seguida disse alugo não! (Proprietária de comércio de artigos do vestuário)

Além de preconceitos de sexo e gênero, as mulheres empreendedoras enfrentam dificuldades relacionadas ao papel *tradicional* na família. Também têm suas escolhas afetadas pelos fatores relativos à vida privada, que restringem as condições de trabalho e o rendimento das mulheres, entre os quais destacam-se: a responsabilidade maior da mulher com a família, a execução das tarefas domésticas que continuam como responsabilidade da maioria das mulheres, a maternidade e a exigência de cuidado dos filhos, além do cuidado de parentes enfermos e idosos. Afirma Bourdieu (2007, p.18) que a “ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina, em que o princípio masculino é tomado como a medida de todas as coisas”. O relato a seguir, demonstra esses fatores restritivos:

Comecei a empreender comprando uma loja de festas infantis. O sucesso foi tanto que passei a não ter mais tempo para a família e meu esposo me mandou escolher, assim decidi fechar a loja. (Proprietária de pronta-entrega de roupas)

É claro que eu tinha muitas dúvidas, porque todo início é difícil, começamos apenas com duas salas de aula e um número pequeno de alunos. Tive dificuldades com relação ao local de minha residência, pois era muito distante e ainda com dois filhos pequenos para criar. (Proprietária de escola infantil)

As mulheres têm de enfrentar diversas barreiras à prática empreendedora. Apesar de no empreendedorismo existirem traços da sexualização das atividades como foi dito anteriormente, há mulheres que superam essas barreiras e restrições empreendendo e destacando-se em setores tradicionalmente masculinos, como revelam os depoimentos abaixo de outras participantes do Prêmio Mulher de Negócios (SEBRAE, 2009):

Um dos precursores da minha história foi meu pai, por acreditar que nenhuma mulher seria capaz de realizar qualquer atividade comercial. Enfrentar um ramo de atividade machista, onde apenas homens tinham toda autoridade e poder de decisão, foi um desafio. Deparei-me, portanto, com um grande preconceito pelo fato de ser mulher, pois ninguém aceitava que eu entrasse no ramo de venda de baterias. Mesmo sendo mulher, mãe e dona de casa, nunca desisti dos meus sonhos. (Joseane, proprietária de loja de baterias automotivas).

E por ser mulher, tive que ser ainda mais mulher e enfrentar uma inimiga oculta e cínica, a cultura machista nordestina. Percebi ser difícil aceitarem uma mulher jovem, bonita, solteira e, pior, tendo sucesso. A empresa hoje tem 5 anos de atuação e é líder do setor no Estado. (Proprietária de distribuidora de produtos domissanitários).

Mesmo sendo desencorajada por meu ex-marido, assim como meu pai, um pouco machista, na época, segui em frente. Sempre acreditei na força da mulher e por isso não me deixei abater pelo machismo enfrentado dentro de casa, primeiro vindo de minha família e depois do pai de meu filho...(Proprietária de clínica odontológica)

5.5. – O lugar da educação e das aprendizagens no empreendedorismo feminino

É importante destacar, em geral, a influência da educação na descoberta e desenvolvimento, bem como na ampliação das oportunidades de empreender.

Embora na categoria de empreendedorismo por *oportunidade* as mulheres representem 46% contra 54% dos homens, segundo dados do GEM (2008, p.76), quando se relaciona essa categoria com os níveis de escolaridade, constata-se que elas são mais instruídas. Entre os sem educação formal elas representavam 12% contra 25% dos homens, chegando a 47,5% entre os com mais de 11 anos de estudos contra 36,8% dos empreendedores. Os relatos a seguir, demonstram a ação empreendedora por oportunidade articulada com a educação, sobretudo superior, contribuindo para a qualificação para empreender e melhor percepção das oportunidades de negócio:

Acredito que no mundo dos negócios, “sorte” é quando o preparo profissional encontra a oportunidade. A minha preparação foi ao longo de muitos anos desde quando decidi pela profissão de Administradora de Empresas. Fiz especializações em política, estratégia e marketing, participei de vários eventos empreendedores do Sebrae e fiz muitos cursos especializados em minha área. Então, após alguns anos de atuação no mercado profissional, surgiu a oportunidade de ter meu próprio negócio. Fui convidada para ser distribuidora exclusiva de uma conceituada marca de produtos químicos para higienização profissional. (Proprietária de distribuidora de produtos domissanitários)

As coisas começaram a melhorar e eu pude fazer um curso de Administração de Empresas que foi fundamental na minha vida profissional. Através do curso, pude enxergar os pontos fracos e fortes da Xamego, as ameaças e oportunidades. Observei que a empresa precisava de mudanças urgentes. (Proprietária de comércio de artigos do vestuário)

Sou Administradora de Empresas e acadêmica em Direito, isso me ajuda, pois precisamos conhecer cada vez melhor o nosso direito de empregador tanto no que se refere ao Código do

Consumidor, como na área trabalhista, pois o Direito faz parte das relações e vai ser uma ferramenta maravilhosa na administração da minha empresa (Proprietária de ótica)

A despeito do GEM (2008) apresentar dados que evidenciam que as empreendedoras têm maior nível de escolaridade que os empreendedores, dados esses corroborados pelos dados acerca das empreendedoras paraibanas objeto deste estudo, com relação à mentalidade empreendedora, os dados da pesquisa GEM para o período 2003-2007 evidenciam que a percepção da ação empreendedora apresenta-se nitidamente com um diferencial negativo para a mulher. Em todos os quesitos sobre mentalidade empreendedora, a mulher apresentou uma percepção inferior ao homem. Elas têm mais dificuldade de identificar algum novo negócio, têm menor percepção sobre oportunidades de negócio na região onde moram e se consideram mais temerosas para iniciar um novo negócio (GEM, 2008, p. 79).

Os relatos das empreendedoras apresentados a seguir confirmam os dados do GEM (2008), ou seja, elas buscaram subsídios de informação e orientação para a abertura de seu empreendimento, majoritariamente, junto a familiares e amigos (aprendizagem informal) e por meio de órgãos de apoio e cursos profissionalizantes (aprendizagem não formal).

Contudo meu esposo já conhecia bem o negócio e me apoiou nele no sentido de buscar conhecimento, ou seja, o seu conhecimento serviu como um estímulo, um incentivo para que eu buscasse me aprofundar na área. (Proprietária de ótica)

...Após um ano comecei a trabalhar no comércio como vendedora, época esta em que comecei aprendendo um pouco da profissão de cabeleireira com minha irmã, aprendizado este aprofundado com vários cursos que aos poucos pude custear. (Proprietária de salão de beleza)

Eu ainda não tinha conhecimento e precisava conhecer melhor como funcionava em outros Estados o mercado óptico e fui ao meu primeiro congresso, em Fortaleza, no ano de 1994. Voltei de lá encantada e com idéias inovadoras...e daí por diante passei a participar anualmente de ao menos um evento óptico e há dois anos faço diversos cursos no SEBRAE, como oficinas

gerenciais, automação comercial, dentre outros. (Proprietária de ótica)

Aí então chegaria a parte difícil, a hora de encarar meu verdadeiro drama: o de aprender tudo até o setor de pós-venda. Enfim, fiz da necessidade uma escola, onde eu era aluna e tudo que me rodeava eram meus professores: meu mentor, meus colegas de trabalho, meus colaboradores, meus concorrentes, toda uma bibliografia de livros especializados em óptica, revistas do segmento, pessoal das fábricas, palestrantes, até meus próprios clientes. Estudava tudo que fazia parte de óptica o tempo que me dispunha. (Proprietária de ótica)

A educação formal apresenta-se também em outros relatos do referido Prêmio, a seguir, sobretudo em gestão das empresas, bem como aliada ao aprendizado da prática:

A maior dificuldade que encontrei foi a falta de preparo técnico para alavancar o negócio de eventos e conseqüentemente oferecer segurança, credibilidade e capacitação aos meus clientes. Pessoalmente ingressei em curso superior de graduação em Administração com especialização em Marketing ...busquei apresentar ao mercado uma empresa com capacidade técnica para organizar qualquer tipo de evento. (Proprietária de empresa de eventos)

Comecei o próprio negócio, vindo na bagagem apenas o aprendizado da faculdade, considerado muito pouco, pois foi o dia a dia que fez a diferença, comecei a fazer um trabalho de prestação de serviço diferenciado, verificando pressão, aplicando injeções, fazendo curativos e entrega em domicílio. (Proprietária de farmácia)

Embora a educação formal de nível superior contribua para as aprendizagens necessárias para empreender, há uma série de aprendizagens importantes que são obtidas em diversos contextos não-formais e, sobretudo, informais, e através da mobilização de múltiplos recursos pelos sujeitos, como ilustrado pelas mulheres empreendedoras paraibanas.

Segundo o GEM (2008, p 12), os especialistas brasileiros destacam a importância de o governo federal tornar obrigatório o ensino do empreendedorismo em todos os níveis de ensino, principalmente nas escolas de ensino fundamental e médio, e reforçar a educação financeira nas séries iniciais da formação, remetendo a responsabilidade da educação empreendedora a todo o sistema educacional, e não apenas às fronteiras universitárias. Cabe também estabelecer um programa de aperfeiçoamento do corpo docente para aprimorar técnicas de ensino direcionadas ao ensino e aprendizagem do empreendedorismo.

Enfim, os dados da pesquisa do *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM mostram que, tanto por parte dos empreendedores brasileiros, como segundo a visão dos especialistas nacionais, a educação e o treinamento são importantes fatores de apoio para fomentar ou fortalecer as atividades empreendedoras no país, ainda consideradas insuficientes para as atuais demandas.

5 – CONCLUSÃO

Esta pesquisa, de caráter teórico-documental, visou fundamentalmente explorar o fenômeno do empreendedorismo feminino de uma perspectiva que articule gênero e educação. Para o alcance desse objetivo foram necessários os objetivos específicos de descrever as características do processo empreendedor feminino; identificar o nível de escolaridade assim como as aprendizagens mobilizadas pelas mulheres para empreender; e examinar as relações de gênero que perpassam a ação empreendedora feminina, colocando limites e desafios específicos.

Por um lado, intentou-se retirar o tema da ação empreendedora feminina de sua “zona de conforto”, para deslocá-lo ao campo crítico e entendê-lo como um processo perpassado pelas relações de gênero e pela educação como estratégia para a construção da mentalidade empreendedora disseminada mundialmente por organizações internacionais, especialmente a UNESCO e a Comissão Europeia. Por outro lado, intentou-se contribuir para retirar o empreendedorismo feminino da condição exclusiva de categoria de trabalho na qual as mulheres têm ampliado sua participação, identificando suas matrizes históricas e interfaces com as relações de gênero e com os processos de aprendizagem. Para isso, se efetuou levantamento e análise bibliográfica da temática e análise das histórias manuscritas pelas mulheres participantes do Prêmio Mulher de Negócios, promovido pela SEBRAE/Paraíba de 2006 a 2010.

Do conjunto das fontes analisadas, pode-se depreender que há similaridades entre as configurações da participação da mulher no mundo do trabalho formal e a ação empreendedora feminina. E conclui-se que o empreendedorismo é uma alternativa de inclusão da mulher no mundo do trabalho, ficando demonstrada a consolidação do papel da mulher na atividade econômica contemporânea, superando a participação do homem na ação de empreender.

No entanto, essa superação carrega sinais de desigualdades de gênero, presentes no mundo do trabalho formal. Elas, em sua maioria, empreendem como alternativa de sobrevivência, em guetos tradicionalmente femininos, pouco valorizados, com baixa inovação, menores barreiras de ingresso e

demasiadamente concorridos, situação que as deixa mais vulneráveis aos riscos de mortalidade empresarial, como já foi dito anteriormente.

Em geral, as trabalhadoras têm maior nível de escolaridade e as empreendedoras por oportunidade também, comparativamente aos homens. Embora evidencie-se a influência da escolaridade, sobretudo do nível superior, na qualificação para a ação empreendedora, observou-se que a temática do empreendedorismo vem sendo discutida e desenvolvida na maioria das vezes fora do ambiente universitário, podendo representar um dos riscos à prática empreendedora, uma vez que, por princípio, um dos papéis da universidade é desenvolver a reflexão e senso crítico dos sujeitos, assim como contribuir para a superação das desigualdades sociais.

Em síntese, as informações analisadas sobre a inserção da mulher tanto no mercado de trabalho como na ação empreendedora possibilitaram o alcance dos objetivos propostos por este estudo: explorar o fenômeno do empreendedorismo feminino articulando gênero e educação, descrevendo suas características e desafios da perspectiva das relações de gênero, e destacando as aprendizagens das mulheres empreendedoras nos âmbitos formal, não-formal e informal.

Outrossim, a análise desenvolvida demonstrou a consolidação do papel da mulher na atividade econômica contemporânea, superando a participação do homem na ação de empreender. No entanto, apesar de ter superado os homens em termos de escolaridade e de ação empreendedora, restam-lhe ainda disparidades na percepção sobre o empreendimento e quanto à remuneração obtida em relação aos homens.

Assim, surgem desafios para educação, sobretudo a superior, no fomento à ação empreendedora feminina, para além da qualificação para iniciar e gerir um negócio. Entre eles, o de contribuir para a formação de uma identidade empreendedora feminina, que possibilite a essas mulheres uma ressignificação de seus papéis no âmbito público e privado, ampliando e redefinindo seus espaços de atuação no empreendedorismo, assim como na vida pública.

No âmbito das aprendizagens, observa-se que prevalece na ação empreendedora feminina a interface das aprendizagens formal e não formal na construção da mentalidade empreendedora feminina. Contudo, não foram encontrados nas falas vestígios significativos da aprendizagem informal como

mobilizadora da ação empreendedora das mulheres. Entretanto, tal silêncio não nos parece revelador da desimportância desta categoria de aprendizagem na (re)construção das biografias das mulheres, sobretudo, no âmbito empresarial.

Por fim, visando contribuir para ampliar o debate e a intervenção sobre a prática empreendedora feminina são indicadas algumas questões para subsidiar estudos futuros: Se não há barreiras formais nem educacionais à entrada das mulheres no empreendedorismo, por que muitas repetem na ação empreendedora as marcas do mundo do trabalho feminino gendrado, inserindo-se em setores e atividades pouco prestigiadas e que replicam o ambiente doméstico? Por outro lado, por que algumas superam as desigualdades de gênero empreendendo em atividades “tradicionalmente” masculinas? Como a educação está articulada com essas escolhas? Como ocorre o processo de empoderamento, um processo eminentemente educacional, dessas mulheres vencedoras em campos gendrados? Há traços distintos no comportamento empreendedor feminino do masculino que mereçam um olhar diferenciado da educação?

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, A. M. Carneiro, AMORIM, E. R. Aguiar e FERREIRA, V. Clemente. O Sentido do Trabalho da Mulher no Contexto da Reestruturação Produtiva. Artigo publicado no VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

ALHEIT, Peter e DAUSIEN, Bettina. **Processo de Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida**. Artigo publicado na Revista Educação e Pesquisa, v.32, nº 1, pp. 177-197, São Paulo: USP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUSCHINI, Maria C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Caderno de Pesquisa, v.37, n.132, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.

CAMARGO, Denise; BROLESÍ, Regina Márcia. O significado da atividade empreendedora: as práticas da mulher brasileira em 2008. In: FERREIRA, Mendes; RAMOS, Simone C. (Org.). Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte. Curitiba: Champagnat, 2010.p.109

CAMPOS. Eliane V. As Características do Comportamento Empreendedor. Artigo publicado no X Seminário Intermunicipal de Pesquisa. Cuiabá, 2007. Disponível em < www.ulbra.br/pesquisa/files/producao-cientifica-2007>. Acesso em jul. 2009

CAPES. Banco de teses e dissertações. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw>>. Acesso em: 03 agosto 2009.

CARVALHO, M. E. P. de. Lendo as relações de gênero e intervindo nas práticas culturais e educativas para construir a equidade de gênero. Minicurso. In: 30a Reunião da ANPED, 2007, Caxambu. 30a Reunião Anual da ANPED, GT 23, 2007

_____. Gênero e carreiras universitárias: o que mudou? Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CASSOL, Neidi K. A Produção Científica na área de empreendedorismo feminino: Análise dos estudos indexados na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI), em 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

CASTELLS, M. A sociedade em rede, volume1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHERFEM, Carolina O. As vozes das mulheres marceneiras da madeirarte: Gênero e trabalho na perspectiva da Economia Solidária. In: 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis. 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, ST 13, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida. Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão. Bruxelas, 2000.

COSTA, Marisa V. e SILVEIRA, Rosa H. **Estudos Culturais, Educação e Pedagogia**. Revista Brasileira de Educação, nº 23, pp. 36-61, São Paulo: ANPED, 2003

COUTINHO, M. C. *Entre o velho e o novo: estratégias de participação no trabalho*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2000.

CRUZ, Tânia C. S. “Qual é o teu trabalho, mulher?” Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária, em 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DELORS. Jacques (Coord). *Educação, um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, Graziany P. *Empreendedorismo e educação: O SEBRAE na escola*, em 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

DINIZ, Manoel C.. *Educação empreendedora e pedagogia da autonomia: Releitura de uma prática didática*, em 2004. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2004.

DOLABELA, Fernando. *A Influência da Cultura Familiar no Despertar da Intenção Empreendedora na América Latina: um estudo em 11 países*. Artigo publicado no XIX Congresso Latinoamericano e do Caribe sobre o espírito empresarial. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.clee2008.ufsc.br/26.pdf>>. Acesso 20 maio. 2010.

DORNELAS. J. C. A. *Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2001.

FILION, Louis J. *O empreendedorismo como tema de estudos superiores*. In: *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: CNI/IEL Nacional, 2000.

_____. *Visão e Relações: Elementos para um metamodelo empreendedor*. Revista de Administração de Empresas, n.33, pp. 50-61, São Paulo: EAESP/FGV, 1

FORTE, Claudia M. J. Estudo de caso comparativo entre programas de microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife, 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Relatório Trabalho da Mulher, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/>>. Acesso 03 abr.2009.

FUTATA, Marli Delmonico de Araújo. Breve análise sobre o toyotismo: modelo japonês de produção. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, vol. 11, nº 47, p. 50-65, 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso 03 abr.2011.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil: 2009. Curitiba: IBQP, 2010.

_____. Empreendedorismo no Brasil: 2008. Curitiba: IBQP, 2009.

_____. Empreendedorismo no Brasil: 2007. Curitiba: IBQP, 2008.

GERALDO, Ivete. O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência da Blusol, em 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004

GODINHO, Tatau, RISTOFF, Dilvo, FONTES, Ângela, XAVIER, Iara de Moraes e SAMPAIO, Carlos Eduardo M. (Orgs.) Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996-2003. Brasília: INEP, 2005.

GOMES, Almira F.. O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista-BA, em 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2003.

GOENDER, Jacob. Globalização, Tecnologia e Relações de trabalho. Estudos Avançados, vol. 11, nº 29, Jan/Abr, São Paulo: USP, 1997. Disponível no site <<http://www.scielo.br>>. Acesso jun 2009.

_____. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. Estudos Avançados, vol. 9, nº 25, Set/dez, São Paulo: USP, 1995. Disponível no site <<http://www.scielo.br>>. Acesso jun 2009.

GUROVITZ, Elaine. Gênero e Pauperização das Mulheres, em 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo, 2003.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa. [online], vol.22, n.2, pp. 201-209, May/Ago, Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em set. 2009.

HILÁRIO NETO, G. Diagnóstico e análise do perfil do empreendedor joense. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté: UNITAU, 2004.

HIRSICH, Robert D. e PETERS, Michael P. Empreendedorismo, 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu, n.17-18, pp.139-156, Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **Divisão capitalista do trabalho**. Revista Tempo Social, v.1, São Paulo: USP, 1989.

HOLANDA, Aurélio B. **O dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei et al (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTERDBR, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais 2005. Rio de Janeiro, 2006.

JONATHAN, Eva G. e SILVA, Taissa M. R. Empreendedorismo feminino: Tecendo a trama de demandas conflitantes. *Psicologia & Sociedade*, n.19, pp. 77-84, Rio de Janeiro: PUC, 2007.

LEAL, Antônio F. Aprender a Empreender: Um Pilar na educação de jovens e adultos, 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2009.

LEITE, Emanuel. O fenômeno do Empreendedorismo. Recife: Bagaço, 2000.

LEITE, Anilza de Fátima M. Empreendedorismo feminino e educação. In: 32ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2009, Caxambu. 32ª Reunião ANPED, GT 09, 2009.

LINDÔSO, Raquel O. A inserção da mulher em programas de microcrédito em Pernambuco (2002-2006): Autonomia econômica ou subordinação reconfigurada. In: 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis. 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, ST 13, 2008.

MACHADO, Roberta M. C. A Experiência de Sucessão para Herdeiras de Empresas Familiares do Rio de Janeiro: Estudo de Casos, em 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MALVEZZI, S. Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. Caderno de Psicologia Social do Trabalho. v.2, São Paulo, 1999.

MARIUZZO, Patrícia. Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho. Revista Inovação Uniemp. v.2, n.5, Campinas, 2006. Disponível em <<http://www.inovação.scielo.br>>. Acesso em mar. 2009.

MEDEIROS, Soraya M., ROCHA, Semíramis M. M. **Considerações sobre a terceira revolução industrial e a força de trabalho em saúde em Natal.** Ciênc. saúde coletiva vol.9 nº 2, Rio de Janeiro Abr./Jun 2004

MENDES-GONÇALVES. R.B. Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades. São Paulo: Centro de Formação dos trabalhadores em saúde da Secretaria Municipal de Saúde, 1992 (*Cadernos Cefor* 1 – Série textos).

MURANI, Margaret. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. In: DOMINGUES e MANEIRO et. al (Orgs.). **América Latina Hoje.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relatório Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres. 06 de mar. 2008. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 15 Mar. 2009

PELISSON, Cleufe e ALIGLERI, Antonio. Comportamento Gerencial, Gênero e Empreendedorismo. Artigo publicado no ENANPAD 2001, Campinas, 2001.

PEREIRA, Maurício F. & GRAPEGGIA, Mariana. **Fatores condicionantes de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil.**

RAI - Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Os novos paradigmas da produção e as relações de gênero. Revista Principia. n.10, João Pessoa, 2003. Disponível em <<http://www.cefetpb.edu.br/conteudo/Principia>>

PETRO, Vanessa. As transformações no mundo do trabalho e as políticas públicas para a educação: o caso dos programas de alfabetização de jovens e adultos no RS. Artigo publicado no 1º Seminário Repensando o trabalho no contexto produtivo atual, Passo Fundo, 2006. Disponível em <www.upf.br>. Acesso em jun. 2009.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso 02 mar.2009

RODRIGUES, Marilda M. Educação ao Longo da Vida: A eterna obsolescência humana, em 2008, 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. **Educação ao Longo da Vida: A eterna obsolescência humana.** UnirevistaUnisinos. São Leopoldo, v.1, n.2, p. 01-12, 2006. Disponível em <www.unirevista.unisinos.br/index.php>. Acesso em: set de 2009

RODRIGUEZ, Camila S. Administração do conflito entre maternidade e atividade profissional pela mulher empresária da cidade de Crisciúma (SC), em 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Relatório do Prêmio Mulher de Negócios 2006-20010. Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em <www.mulherdenegocios.sebrae.com.br>. Acesso em agosto, 2009.

_____. Direcionamento Estratégico 2009-2015. Brasília: SEBRAE, 2008.

_____. Boletim estatístico de micro e pequenas empresas. Brasília: SEBRAE, 2005.

_____. Manual do Empretec. Brasília: PNUD/SEBRAE, 1993

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Abril, 1982.

SILVA, Nilson C. D. A importância da formação do espírito empreendedor dentro da universidade. Dissertação de Mestrado em Administração. São Carlos: UFSCAR, 2001.

SILVA, Géssica C. C. Relações de Gênero no mercado de trabalho informal: Um estudo de mulheres beneficiadas por microcréditos em Recife. In: 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis. 8º Seminário Internacional Fazendo Gênero, ST 13, 2008.

SOUZA, Adriano Mohn. Jovens e Educação Empreendedora: Que discurso é esse? Dissertação de Mestrado em Educação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 204 p. Brasília, 2008

YANNOULAS, S.C. Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.